

9

v.5 n.9
julho/dezembro 2017

Revista Parlamento e Sociedade

Dossiê Política Municipal

Apresentação

Humberto Dantas

Representação política e governo municipal no Cone Sul

*Marta Mendes da Rocha, Daniela
Paiva de Almeida Pacheco e
Pedro Jehle de Araújo Gouvêa*

A prática da participação na política local: o que nos dizem os dados do Barômetro das Américas de 2017

Ariane Selegim

Alienação eleitoral: uma visão multidimensional

Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes

Produção legislativa: um estudo de caso da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

*José Antônio Perez Rojas Mariano de
Azevedo, Philippe Chaves Guedon e
Ivan Albuquerque Araujo*

As mulheres no legislativo municipal: representação feminina na Câmara Municipal de Juiz de Fora - MG

Laura Gomes Barbosa

Alienação eleitoral: uma visão multidimensional

Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes¹

Resumo

O objetivo do artigo é analisar, a partir de dados agregados em nível municipal e estadual, a evolução da alienação eleitoral do Brasil e em especial dos municípios paulistas, entendida tanto a partir do não comparecimento (abstenção) eleitoral, quanto da decisão de votar em nulo ou branco (voto inválido), e seus principais determinantes. Em primeiro lugar, descrevemos a evolução da alienação por tipo de pleito, ano e unidade da federação e, em seguida, analisamos os determinantes da alienação eleitoral dos municípios paulistas por meio de análise com dados em painel. Os resultados indicam importantes contribuições para a literatura. A alienação não é maior nos grandes centros eleitorais; não existe mudança qualitativa no padrão de alienação nas últimas eleições; e as eleições mais próximas do eleitor são menos alienadas. Os padrões regionais, por sua vez, diferem na lógica de alienação. Nos estados do centro – Sul, sobretudo no Sudeste –, a taxa de abstenção é menor, mas a taxa de anulamento (votos inválidos) é maior; já nos estados do Norte a taxa de abstenção é maior. Finalmente, encontramos evidências consistentes que o analfabetismo aumenta tanto o não comparecimento quanto a opção por votos brancos ou nulos, enquanto os fatores geográficos e demográficos não são importantes determinantes da alienação.

Introdução

A alienação eleitoral é fenômeno crescente e relevante tanto nas democracias consolidadas como nas novas. Entretanto, o sentido deste comportamento eleitoral, bem como o que esse fenômeno representa, e suas causas, ainda são assuntos relativamente negligenciados na literatura, ocupando um papel de

1 Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, mestre e doutor em Ciência Política pela mesma Universidade. Professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC).

menor destaque na tentativa de explicação e contextualização do fenômeno. Como consequência, ainda não há um entendimento único das razões e determinantes, embora haja certa convergência de que o fenômeno expressa de diferentes formas a insatisfação das sociedades com seus respectivos sistemas políticos (COSTA, 2006; SUPERTI, 2013; ARBACHE e FREIRE, 2013; MORAL, 2016).

Neste artigo, analisamos a dinâmica empírica da alienação eleitoral no Brasil e em especial no estado de São Paulo entre os anos de 1998 a 2016. Iremos, ao longo das próximas páginas, descrever a alienação eleitoral em termos de não comparecimento (ou *abstenção eleitoral*) e da opção pelo voto inválido – nulo ou branco (ou *anulamento eleitoral*) nas eleições municipais, estaduais e nacionais em todo o país e, em seguida, analisaremos os determinantes contextuais da alienação eleitoral no estado de São Paulo.

Esse é o estudo mais amplo a observar a dinâmica da alienação eleitoral no Brasil nas duas últimas décadas ao especificar a análise por municípios e estados. Como veremos a seguir, a literatura nacional indica que variáveis de contexto e território são relacionadas com a dinâmica da abstenção eleitoral, entendida como a não participação, enquanto variáveis individuais e socioeconômicas estão relacionadas com a decisão de votar nulo e/ou em branco (SILVA, 2013; BORBA, 2008; COSTA, 2006; NICOLAU, 2004, LIMA JÚNIOR, 1990).

Para fins de esclarecimento conceitual, estabelecemos três conceitos distintos. O *anulamento do voto* corresponde ao fenômeno de ir às urnas e optar por um voto inválido – branco ou nulo. O fenômeno da *abstenção eleitoral* corresponde ao ato propriamente de não ir às urnas. Finalmente, o fenômeno da *alienação eleitoral* é a soma tanto do anulamento quanto da abstenção eleitoral. Isto é, toda e qualquer forma na qual o eleitor não exerce o seu direito ativo de escolher um dos candidatos e/ou partidos que disputam a eleição indicada. Posto isto, em cada momento eleitoral, a abstenção é igual para eleições realizadas concomitantemente, enquanto o anulamento eleitoral (e, por conseguinte, a alienação eleitoral) não o é.

Para realizar a análise proposta, organizamos um banco de dados com informações sobre a alienação eleitoral entre 1998 e 2016 para todas as eleições no país, tendo os municípios como unidade de análise. Para a obtenção dos dados sobre anulamento eleitoral, recorreremos ao trabalho do CESPESP-DATA/FGV, enquanto os dados de abstenção foram obtidos diretamente do repositório de dados do TSE. Adotamos como unidade básica de análise, dados agregados por município em cada ano eleitoral e cargo em disputa.

Em primeiro lugar, descrevemos os dados coletados visando identificar qual é a dinâmica da alienação nas eleições municipais, estaduais e federais, trazendo luz às variações mais importantes da não participação nos pleitos brasileiros. Em seguida, analisamos os principais determinantes contextuais da alienação eleitoral no estado de São Paulo.

Não identificamos a existência de um padrão especial nos pleitos de 2014 e 2016, apesar de a crônica política ter salientado este processo². O aumento da alienação eleitoral foi fenômeno residual em alguns grandes centros eleitorais como as capitais paulista e fluminense, não representando o comportamento eleitoral no Brasil como um todo e nem mesmo no estado de São Paulo. Entre outros achados negativos, não encontramos elementos que respaldem a hipótese de que variáveis geográficas sejam importantes para compreender o não comparecimento às urnas, tal como proposto por Lima Júnior (1990) em artigo clássico sobre o fenômeno da alienação eleitoral no Brasil. Encontramos também efeitos inconsistentes das políticas tributárias e fiscais dos governos municipais e a ausência de efeitos de variáveis econômicas locais.

Como achados positivos, por outro lado, encontramos evidências consistentes de que existe menor alienação eleitoral nas eleições mais próximas ao cidadão, tanto do ponto de vista do não comparecimento eleitoral, quanto da votação inválida. Além disso, temos indícios de que o analfabetismo está positivamente associado com as duas formas de alienação, enquanto a desigualdade econômica do município contribui para o aumento do não comparecimento eleitoral e a mortalidade infantil para o maior anulamento do voto.

Dividimos o artigo em quatro momentos, fora esta Introdução. No primeiro, analisamos a literatura sobre o tema. Em seguida, fazemos uma análise descritiva das informações disponíveis, observando a variação por estados, anos e eleição em disputa para todo o Brasil. Nesta seção analisamos o padrão de votos nulos e brancos nas eleições municipais (vereador e prefeito), nas eleições estaduais (deputado estadual e governador) e nas eleições nacionais (deputado federal, senador e presidente). Depois observamos os respectivos padrões de abstenção eleitoral em eleições municipais e nas estaduais/federais, uma vez que a identificação da abstenção

2 Artigo recente de Jairo Nicolau ilustra esta percepção: *“Não há dúvida que o sistema partidário consolidado a partir da década de 1990 vive uma crise profunda. A tradicional desconfiança dos brasileiros em relação aos partidos ganhou alento com as manifestações de junho 2013, e se aprofundou com as investigações da Lava-Jato, que teve seu início em março de 2014. A melhor expressão desta desconfiança, talvez seja o crescimento acentuado dos votos nulos e em branco nas eleições para deputado federal e estadual em todos os estados em 2014, e para vereador e prefeito nas grandes cidades brasileiras na disputa de 2016”* (NICOLAU, 2017, p. 98).

é resultado de uma não participação nas diferentes esferas de escolha envolvidas em uma mesma eleição, não sendo possível separar a abstenção em termos de voto para vereador e prefeito e em termos de opção eleitoral nas eleições de deputado estadual e federal, senador, governador e presidente.

Na terceira seção, analisamos os determinantes da alienação eleitoral no estado de São Paulo. Optamos pela escolha de São Paulo, uma vez que é o estado mais desenvolvido do país e com um número relativamente grande de municípios para serem analisados, o que garante maior comparabilidade entre os casos, sem incorrer em problemas de micronumerosidade. Finalmente, na quarta e última seção, concluímos o artigo.

Literatura – a alienação eleitoral no Brasil e no mundo

Alguns trabalhos relacionaram fatores socioeconômicos e demográficos à alienação eleitoral. McAllister e Makkai (1993) afirmaram que pessoas do sexo feminino, jovens, e com nível educacional inferior possuem maior probabilidade de anular seus votos na Austrália, assim como renda e situação ocupacional também ajudam a explicar o voto inválido. Da mesma forma, Jackman (2001) colocou educação e idioma como fatores explicativos importantes na Austrália. Epstein (2001), em estudo sobre as eleições nacionais chilenas entre 1989 e 2000, relacionou o crescimento dos votos em branco e nulos e da abstenção eleitoral como demonstração da alienação política da população, insatisfeita com o sistema político herdado da ditadura Pinochet. Embora os mesmos números tenham diminuído consideravelmente nas eleições de 1999 e de 2000, esse desvio é atribuído pelo autor à conjuntura política e econômica do momento, que favoreceu um candidato *populista*, com potencial para atrair eleitores que haviam votado em branco ou nulo em eleições passadas.

Power e Garand (2007) analisaram 80 eleições legislativas em 18 países latino-americanos entre 1980 e 2000 e mostraram que variáveis socioeconômicas e escolhas políticas relacionavam-se com os níveis de votos inválidos. Afirmam que a propensão do eleitor a invalidar seu voto é afetada pelos atributos institucionais do sistema político; os contextos socioeconômicos dos eleitores e variáveis de protesto, demonstrando a conexão entre insatisfação dos eleitores com o sistema político e a alienação.

Diante dos resultados encontrados, Power e Garand fizeram três proposições para contribuir com a redução das taxas de votos inválidos: reduzir a complexidade do mercado político; melhorar a proporcionalidade do sistema eleitoral; e retirar a obrigatoriedade do voto. Os votos em branco e nulos refletiriam,

por conseguinte, não só a dificuldade dos eleitores em participar do processo político em razão de suas condições sociais e econômicas, mas também do desejo de protestar contra a falta de opções disponíveis.

Ugla (2008), por sua vez, analisou 200 eleições de países da Europa ocidental, Austrália, Nova Zelândia e das Américas entre 1980 e 2000 e testou os efeitos de quatro conjuntos de fatores causais sobre a frequência de votos inválidos. O autor concluiu que as explicações políticas baseadas na natureza da competição eleitoral possuem maior respaldo do que argumentos baseados em fatores socioeconômicos do eleitorado. Artigos recentes fornecem evidências adicionais do uso político dos votos inválidos. Para Superti (2013), o voto em branco e nulo são a ponta do iceberg, antecipando uma tendência de apatia política e desinteresse, que pode dar impulso a candidaturas populistas. Driscoll e Nelson (2014) demonstram como votos em branco e nulos foram instrumentalizados politicamente nas eleições para o Judiciário boliviano em 2011.

Moral (2016) propôs o descontentamento do eleitor e a apatia como maiores determinantes do voto inválido, analisando dados de vinte e três pesquisas pós-eleitorais em dezoito democracias europeias entre os anos de 2001 e 2011. O autor sugere que votos inválidos podem ser a expressão de descontentamento com a oferta de opções do sistema partidário, tendo como hipótese que cidadãos politicamente sofisticados são menos propensos a invalidarem seu voto do que os não-sofisticados quando o sistema partidário oferece um grande número de alternativas partidárias. Moral propôs que um voto inválido é funcionalmente equivalente a abster-se para cidadãos não-sofisticados (*unsophisticated citizens*), enquanto só pode ser considerado funcionalmente equivalente ao voto em partidos *antiestablishment* para os eleitores sofisticados politicamente e com alto grau de insatisfação com o processo democrático.

Em resumo, a literatura internacional levanta causas variadas sobre o fenômeno da abstenção. A opção por votos em brancos e nulos é atribuída essencialmente a três conjuntos de fatores causais gerais, como mostrado em Superti (2013): variáveis políticas (número de partidos, nível de competitividade da disputa, hegemonia de um partido); características socioeconômicas (educação, alfabetização, renda, desigualdade de renda, entre outras); e variáveis institucionais (sistema eleitoral, voto obrigatório), combinadas com três mecanismos individuais: falta de informação/competência; alienação social e protesto político/insatisfação. A maior parte dos autores, entretanto, relaciona

os votos em branco e nulos a fatores políticos, transformando-os em expressão de protesto político ou insatisfação³.

No Brasil, a literatura acerca do tema acompanhou a evolução do debate internacional. Inicialmente, alguns estudos sobre as eleições brasileiras tangenciaram o tema da alienação eleitoral nas eleições da República Populista, entre 1946 e 1964 (SOARES, 1973). Nestes trabalhos, foram enfatizadas as dificuldades de preenchimento da cédula eleitoral por uma população com baixa escolaridade. Outro fator causal estaria associado às próprias dificuldades de acesso a zonas eleitorais em um país em rápido processo de urbanização, incluindo também toda a problemática concernente às práticas de alistamento e à proibição do voto do analfabeto (LIMONGI *et al*, 2015).

O termo *alienação eleitoral*, incluindo os votos em branco e nulos, assim como a abstenção, foi introduzido no Brasil pela obra de Santos (1987). Ao analisar o período de 1945 a 1982, o autor relaciona a alienação eleitoral ao grau de incerteza do processo eleitoral, afirmando que “*quanto maior a incerteza do significado político efetivo do processo eleitoral, menor o retorno esperado e maior a taxa de alienação*”. Deste modo, o ponto de partida analítico é um cálculo individual que o eleitor faz entre os custos da participação e os resultados esperados. Se os ganhos forem maiores que os custos e a incerteza, o cidadão vota, caso contrário se comporta de forma alienada. A incerteza inerente ao processo eleitoral torna-se, portanto, um determinante crucial da decisão do eleitor de participar ou não.

Olavo Brasil de Lima Junior (1990) mostrou que os possíveis determinantes do absenteísmo não devem ser os mesmos fatores que levam o eleitor a optar pelo anulamento. O autor toma como base o trabalho seminal de Wanderley Guilherme dos Santos (1987), afirmando que as implicações de suas conclusões qualificam o trabalho anterior, pois remetem “*para custos, de origem física e social, a que está submetido o eleitor brasileiro*”. Deste modo, Lima Junior concluiu que fatores de natureza ecológica e social condicionam o comportamento eleitoral no Brasil, dificultando o processo decisório do eleitor e levando-o a não comparecer às urnas ou a optar por votar em branco ou anular o voto. Os determinantes do absenteísmo seriam de natureza ecológica, ao facilitar, dificultar ou impedir o deslocamento do eleitor até as urnas, enquanto que o anulamento estaria relacionado com atributos socioeconômicos de natureza individual.

3 É importante sublinhar que as explicações individuais não são passíveis de testes a partir de dados eleitorais. Este nível de explicação exige dados de *survey*, evitando problemas de falácia ecológica.

Jairo Nicolau (2004), por sua vez, defende que a alta taxa de votos inválidos no Brasil não resulta de uma forma de protesto, mas das condições socioeconômicas do eleitorado do país. Com a análise de eleições realizadas desde o Império até a eleição de 1998, o autor afirma que os votos inválidos decorrem em grande parte do fato de o eleitorado brasileiro ter baixíssima escolaridade e a cédula eleitoral ser bastante complexa. A introdução da urna eletrônica, segundo o autor, teria sido responsável por profunda reforma política *de facto* ao permitir que milhões de votos passassem a ser dados a partidos e candidatos. Deste modo, os votos brancos e nulos estariam mais conectados com esta combinação entre baixa sofisticação e processo eleitoral complexo do que com uma escolha consciente do eleitor de expressar sua insatisfação.

Partindo das hipóteses de Jairo Nicolau, Homero Costa (2006) estudou a alienação no Brasil em eleições presidenciais de 1989 a 2002. Na visão do autor, as condições socioeconômicas (mensurada pelos índices de desenvolvimento humano e de exclusão social) explicam o anulamento, enquanto a abstenção é explicada pela extensão territorial, embora, como salientado, não sejam estes os únicos fatores isolados. Costa (2006) listou outros fatores importantes para compreender a taxa de alienação eleitoral. Aspectos institucionais (voto obrigatório), conjunturais (eleições mais concorridas são mais participativas e, portanto, com menor taxa de alienação eleitoral) e a mídia, em face da cobertura do processo eleitoral (quanto maior cobertura, maior participação eleitoral), influem nos níveis de alienação eleitoral. Além disso, o crescimento do fenômeno da alienação insere-se em um quadro mais amplo de crise de representatividade dos partidos políticos.

Evidências encontradas por Borba (2008) corroboraram os estudos anteriores. Analisando as eleições presidenciais entre 1989 e 2006, o autor relacionou a alienação eleitoral a variáveis socioeconômicas, demográficas e atitudinais, referentes à satisfação com o sistema político. Borba encontrou associações entre a abstenção e variáveis relacionadas à idade, renda e escolaridade. Contudo, não foi possível afirmar o mesmo em relação aos votos em branco e nulos, o que reforça a percepção de que se trata de uma forma distinta de protesto, apontando para uma dimensão de cultura política na análise do fenômeno⁴.

Mais recentemente, o trabalho de Arbache e Freire (2013) forneceu novas evidências em favor da interpretação dos votos em branco e nulos como expressão

4 Borba (2008, p.134) toma como pressupostos a teoria da cultura política, segundo a qual “os sentimentos, crenças e valores políticos da cidadania se materializam em padrões comportamentais”. A insatisfação com o sistema político aumentaria a frequência de votos em branco e nulos.

de protesto contra as opções oferecidas pelo sistema político, considerando distintas as causas do voto inválido e da abstenção, sobretudo a partir da difusão da urna eletrônica. Ao analisar o segundo turno das eleições presidenciais de 2002, os autores não encontram evidências que fatores socioeconômicos afetem a opção do voto, reforçando a tese de que a complexidade da votação no período anterior à introdução da urna eletrônica era responsável, em grande parte, pelos votos inválidos (Nicolau, 2004). Ao mesmo tempo, defendem a ideia de que a opção pelo voto em branco ou nulo é uma opção consciente do eleitor e, assim, forma de protesto, sobretudo após a difusão da urna eletrônica no país.

Silva *et al.*, (2014) utilizaram dados do Barômetro das Américas – 2010, *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) e das eleições presidenciais de 1989 a 2010 para analisar o efeito das variáveis relacionadas à avaliação da economia sobre a alienação dos votos. Como a pesquisa da LAPOP foi realizada antes das eleições presidenciais de 2010, os dados foram considerados como mais afinados para a discussão dos votos em branco e nulos, pois a pesquisa em *survey* não seria capaz de captar os problemas decorrentes de erros relacionados à baixa escolaridade no momento de operação da urna eletrônica.

A insatisfação com aspectos políticos e econômicos do país refletiu-se na opção por votos inválidos. Além disso, foi encontrada uma relação inversa entre a confiança nas instituições políticas, a avaliação da economia e a chance de votar em branco ou nulo. Seria possível afirmar que os votos em branco ou nulo representam, de fato, expressão de protesto. O trabalho ainda traz apontamento sobre a relação entre voto inválido e a participação em manifestações políticas. A principal diferença destas formas de expressão de descontentamento é a escolaridade. O anulamento do voto e o protesto em manifestações não fazem parte do repertório do mesmo conjunto de brasileiros, uma vez que seus preditores são distintos.

Existe, portanto, convergência na literatura internacional e nacional. Em parte, o tratamento da alienação eleitoral é dado como forma de expressão de protesto político. Os votos em branco e nulo – ao contrário da abstenção, cujas causas são múltiplas e ambíguas – são vistos como indício de insatisfação, evidenciando os limites da democracia representativa moderna. Ramos (2008), neste sentido, discute o impacto da alienação eleitoral na legitimidade da democracia. Superti (2013) afirma, inclusive, que o voto branco e nulo, por indicar uma posição política de protesto, deve ser institucionalizado por meio de uma clara opção na cédula eleitoral, a fim de eliminar qualquer ambiguidade e tornar essa escolha mais acessível a uma parcela maior da população. Em momentos de crise

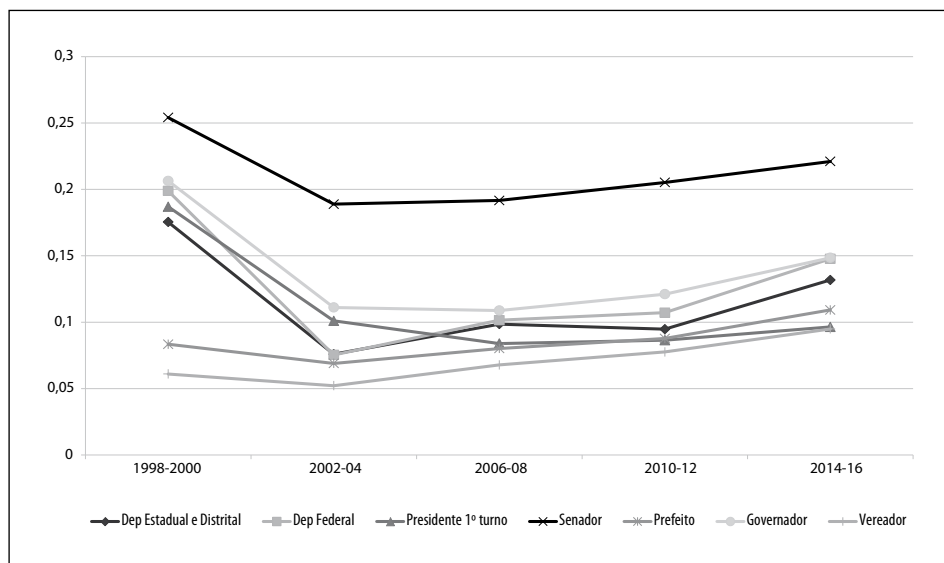
e descrença no sistema político, permitiria um claro canal de *accountability* nos sistemas para identificação do protesto.

Votos brancos & nulos e a abstenção por estados

Nesta seção analisamos o padrão de votos brancos e nulos para os cargos em disputa e em seguida analisamos o padrão de abstenção. Comparamos em primeiro lugar as médias no Brasil e, em seguida, as médias municipais por estados. Pretendemos observar como a alienação eleitoral variou anualmente e em termos de cargos e estados.

No Gráfico 1 apresentamos as taxas de anulamento em cada eleição para o período de 1998 a 2016. Como as eleições para cada cargo acontecem de quatro em quatro anos, apresentamos apenas cinco pontos de tempo, nas quais combinamos as eleições municipais e estaduais/nacionais de 1998 e 2000, repetindo o padrão até a combinação 2014 - 2016. Todos os dados são de primeiro turno.

Gráfico 1. Taxa de anulamento do voto ao longo dos anos.



Fonte: Dados CESPESP-DATA/FGV e repositório de dados eleitorais do TSE. Banco de dados próprio.

A primeira indicação do Gráfico 1 é que a maior taxa de anulamento ocorre nas eleições para o Senado, tendo em média 5% a mais de anulamento que as outras eleições. A seguinte com mais votos anulados é a eleição para governador, com uma diferença pouco substantiva em relação às outras. Há também uma mescla entre as

eleições para deputados federal, estadual e distrital e as eleições para a presidência, variando em cada ano qual é a que contém mais votos nulos. Finalmente, as eleições mais próximas do cotidiano dos eleitores, as votações nas eleições municipais para prefeito e para a câmara dos vereadores são as que têm as menores taxa de anulamento, o que pode indicar que a opção por anular os votos esteja, junto a outros fatores, associada ao distanciamento entre representante e eleitor.

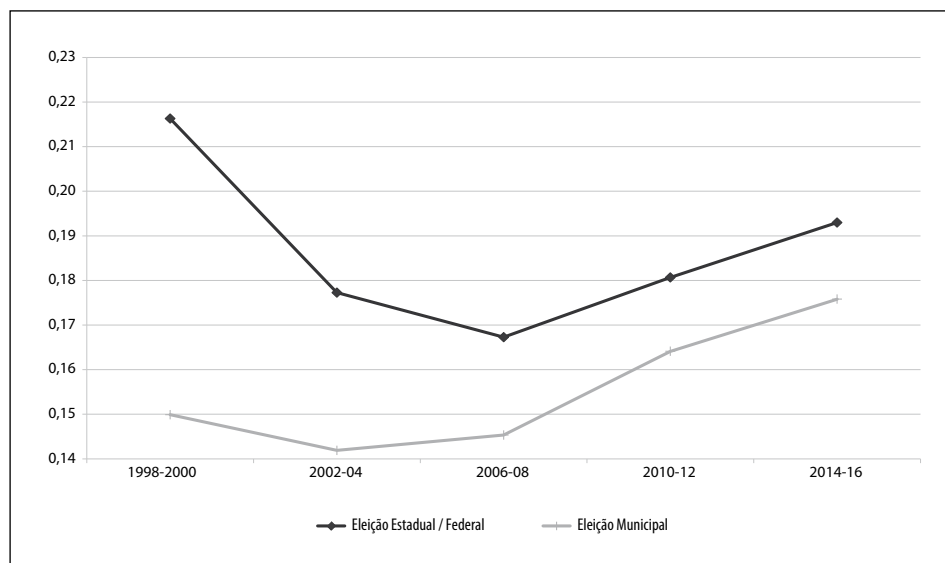
Além das diferenças entre as sete curvas, outras informações merecem ser comentadas. Há uma queda brusca da quantidade de votos brancos e nulos entre as eleições de 1998/2000 até as eleições de 2002/2004 com posterior processo, lento e gradual, de crescimento da taxa de anulamento. Contudo, diferentemente do que fora apresentado na crônica política contemporânea, as eleições de 2014 e, sobretudo, de 2016 (para prefeitos e vereadores) não apresentaram uma quebra no comportamento esperado; o crescimento na taxa das eleições de 2010-2012 para 2014-2016 manteve o mesmo ritmo anterior. Além disso, é importante apontar que uma das razões para queda da taxa de anulamento das eleições de 1998 para as seguintes decorre da própria implementação das urnas eletrônicas, processo gradual entre 1994 até 2000, primeiro ano no qual a eleição foi totalmente informatizada (NICOLAU, 2002).

No Gráfico 2 apresentamos as taxas de não comparecimento em cada pleito no mesmo período. Diferentemente da curva anterior, é esperado um comportamento igual das curvas das diferentes eleições no mesmo ano. Isto porque, por definição, a abstenção nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual/distrital e senador deve ser sempre a mesma, muito próxima da abstenção para a escolha do presidente, que pode ser minimamente diferente por incluir os brasileiros no exterior; assim, como a abstenção é a mesma nas eleições para prefeito e vereador.

Posto isto, incluímos no Gráfico 2 os dados das eleições para vereadores e para deputados estaduais, que devem representar a mesma taxa de comparecimento das outras eleições concomitantes. É interessante observar que existe outra queda abrupta na taxa de não comparecimento entre 1998 e 2002 que, desta vez, não pode ser explicada pela implementação da urna eletrônica. A queda é maior no pleito estadual/nacional, mas também existe no pleito municipal (2000 a 2004). Além disso, após a variação inicial, também vemos um crescimento consistente da taxa de não comparecimento, atingindo o máximo nos últimos pleitos (2014-2016) no âmbito municipal, enquanto no estadual/nacional temos outra queda no período de 2002 a 2006, havendo crescimento do não comparecimento somente a partir de 2010.

Não é possível, outra vez, identificar um momento de ruptura na taxa de crescimento da abstenção nas últimas eleições, quando foi ventilada a hipótese de que a abstenção e o anulamento poderiam ter crescido em decorrência da crescente manifestação de frustração e indignação da opinião pública em relação aos governos e partidos tradicionais⁵. Observadas as tendências gerais, analisamos pormenorizadamente a dinâmica entre os estados, buscando identificar algum padrão distinto no funcionamento da alienação. Assim, analisamos nas próximas páginas cada uma das eleições de acordo com o cargo em disputa.

Gráfico 2. Taxa de abstenção eleitoral ao longo dos anos.



Fonte: Dados CESPESP-DATA/FGV e repositório de dados eleitorais do TSE. Banco de dados próprio.

Votos brancos e nulos nas eleições para Vereador

Apresentamos a dinâmica dos votos brancos e nulos para a eleição de vereadores entre 2000 e 2016. Os dados podem ser observados na Tabela 1 segundo dois prismas distintos – sobre o ato individual de votar e com dados agregados por municípios. Como em uma democracia não podemos observar quem são os

⁵ Ver, por exemplo, reportagem do Jornal O Estado de São Paulo de 03/10/2016: “Um terço não vota em São Paulo, número que supera o apoio a Dória”. Nas próximas páginas, verificaremos se esse fenômeno é concentrado nas principais regiões metropolitanas.

indivíduos que votaram em branco e nulo ou votaram num partido específico, optamos por analisar as relações contextuais sobre a dinâmica do voto a partir do nível de agregação municipal.

Para descrever os dados podemos, num primeiro momento, observá-los sobre o comportamento individual – cuja unidade de análise é o voto –, e sobre o comportamento agregado – unidade de análise é o município/ano. Contudo, na análise inferencial da próxima seção, observaremos apenas os agregados municipais. Nesta, por outro lado, indicamos as duas informações e analisamos suas divergências. Na Tabela 1 e posteriores apresentamos as médias de anulamento dos votos por estado e ano eleitoral tendo como unidade de análise os votos individuais (metade superior) e os votos agregados por municípios (metade inferior). A correlação entre as medidas nas eleições para vereador é de 0,58.

Em primeiro lugar, o que se evidencia é a existência de um diferencial das médias encontradas. Enquanto a média de votos brancos e nulos quando mensurada a partir dos votos individuais varia entre 5,0% (em 2006) e 9,5% (em 2016)⁶, a média de anulamento de voto nos municípios é bem menor; variando entre 3,7% (em 2004) e 4,7% (em 2000). A Tabela 1 indica também que não há um padrão específico de crescimento do anulamento do voto ao longo das últimas eleições. Isto porque, observando os dados a partir de votos individuais, o ano de 2016 é o ano com maior percentual de votos anulados, enquanto observando os dados a partir das médias municipais, o índice não é maior do que dos anos anteriores em vários estados. O primeiro (SP) e o terceiro (RJ) maiores colégios eleitorais, por exemplo, apresentaram dados de anulamento muito superiores à média nacional em 2016, respectivamente 14,9% e 14,2% na parte superior da tabela e cerca de 6,7% e 6,2% na parte inferior.

De fato, o que fica evidente é que os maiores estados tendem a ter taxas de anulamento maiores quando mensurados a partir dos votos individuais, enquanto não existem diferenças semelhantes para os estados menores. Não obstante São Paulo e Rio de Janeiro sejam os casos mais evidentes, outros estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná têm uma diferença relevante⁷. Finalmente, podemos observar que o crescimento da taxa de anulamento no Brasil a partir dos votos individuais foi de 80% entre 2004 e 2016, tendo sido

⁶ Repetindo o dado apresentado no Gráfico 1.

⁷ Para identificarmos quais eram relevantes, calculamos o valor médio nas cinco eleições de quantas vezes a taxa de anulamento obtida a partir de votos individuais é maior que a taxa obtida a partir de votos agregados por municípios. Esses estados citados tem um valor tão grande ou maior do que o encontrado para o Brasil (1.7 vezes)

maior nos seguintes estados: Amazonas, Santa Catarina e Rio de Janeiro (130%); São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, e Rio Grande do Sul (110%); Amapá e Espírito Santo (100%).

Votos brancos e nulos nas eleições para Prefeito

Apresentamos na Tabela 2, seguindo o mesmo padrão, os dados de anulamento nas eleições para prefeito. Em primeiro lugar, é interessante observar que as proporções de votos anulados nas eleições para prefeitos são quase sempre superiores que nas eleições para vereadores, com exceções apenas a São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, onde as medidas são praticamente idênticas. (In)felizmente, como o dado individual sobre a opção de voto não pode ser identificado, não podemos afirmar com segurança que o eleitor que anula o voto para prefeito é o mesmo que o faz nas eleições para vereador. Por outro lado, a variação é semelhante. A correlação entre a taxa de anulamento nas eleições para vereador e prefeito é de 0.87 quando agregamos os dados por municípios e 0.89 quando agregamos individualmente.

Além disso, vemos, a partir dos dados individuais, que existe uma crescente ampliação do anulamento eleitoral, enquanto nos dados cuja unidade de análise são os municípios o padrão é menos claro. Finalmente, São Paulo e Rio de Janeiro são outra vez os campeões de anulamento do voto, indicando a maior indisposição para participação ativa nos maiores colégios eleitorais. Apenas São Paulo e Rio de Janeiro atingiram taxas de anulamento maiores que 10% em dois pleitos seguidos. Pernambuco atingiu a marca em 2000 e 2016; e os outros tiveram pelo menos um ano (cinco estados) ou nenhum com taxa de abstenção superior aos dois dígitos.

Votos brancos e nulos nas eleições para Deputado Estadual

Na Tabela 3 apresentamos os dados de anulamento nas eleições para as Assembleias Estaduais. Repetindo os achados anteriores, vemos um maior distanciamento do eleitor nestas eleições do que nos pleitos municipais. Inúmeros estados atingiram marcas de votos nulos e brancos superiores a 10% dos votos em quatro das cinco eleições analisadas. Isto aconteceu em São Paulo, cujos índices superaram os dois dígitos em todas as eleições e, em 1998, a média obtida a partir da análise dos dados agregados por município foi maior que 30%. Além de São Paulo, também encontramos distanciamento em Minas Gerais, Pernambuco e Rio

de Janeiro (quatro pleitos com mais de dois dígitos de votos brancos e nulos). No ano de 2014, o índice bateu os dois dígitos em 15 dos 26 estados analisados⁸.

Os índices também foram altos em 1998, quando 23 dos 26 estados tiveram taxa de anulamento superior a 10%, as exceções foram Acre, Amapá e Roraima. Além disso, entre estes 23 estados, a taxa foi superior a 20% em quatro⁹. Tal informação é importante, pois mostra que a insatisfação encontrada no pleito de 2016 não pode ser considerada um fenômeno extraordinário. Por outro lado, é importante frisar que em 1998 a informatização do pleito ainda estava em andamento. Posto isto, é possível levantar a hipótese de que apesar de os índices de 1998 e 2016 serem semelhantes, os processos que os produzem são distintos.

Votos brancos e nulos nas eleições para Deputado Federal

Na tabela 4 apresentamos os dados das eleições para deputado federal. O padrão é semelhante. Os índices mais altos de anulamento são de 1998, quando 24 dos 27 estados (incluindo o Distrito Federal) tiveram taxas superiores a dois dígitos, 14 superiores a 20% e São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe com médias agregadas superiores a 30%. Após o pleito de 1998, há uma queda brusca e uma posterior recuperação da taxa, chegando ao auge em 2014, quando 18 estados passam novamente dos dois dígitos, mas nenhum da casa dos 20%. Vários estados atingiram uma média de anulamento ao longo dos cinco anos superiores a São Paulo (14%) e Rio de Janeiro (13%), a saber: Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, na contramão da ideia que os votos nulos estão concentrados sempre nos maiores colégios eleitorais. Nos dados anteriores, ou São Paulo era o campeão de anulamento – deputado estadual e vereador, ou o Rio de Janeiro – eleições para prefeito, com os paulistas em segundo lugar.

Votos brancos e nulos nas eleições para o Senado Federal

Na Tabela 5 expomos os dados de anulamento nas eleições para o Senado Federal. Neste pleito, inúmeros estados atingiram marcas de votos nulos e brancos superiores a 10% dos votos em quatro das cinco eleições analisadas. Apenas Amazonas, Amapá, Distrito Federal e Roraima tiveram pleitos para o Senado com

8 Na análise de votos para Deputado Estadual, não incluímos os votos para o Distrito Federal.

9 Observando os dados agregados, os índices são superiores a 20% em 16 estados.

menos de 10% de votos nulos ou brancos. Em São Paulo os índices quase superaram 20% nas cinco eleições. Além de São Paulo, também encontramos distanciamento superior aos 20% em outros 10 estados, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe. Conforme já vimos anteriormente, as eleições com maior índice de votos nulos e brancos no Brasil são para o Senado.

Os índices também foram altos em 1998, quando apenas 1 dos 27 estados teve taxa inferior a 10% (Distrito Federal) e oito tiveram taxas superiores a 30%. Além disso, dos estados restantes, em 13 a taxa foi superior a 20%. Tal informação é importante, pois mostra que a insatisfação encontrada no pleito de 2016 não pode ser considerada um fenômeno extraordinário, apesar de, conforme já indicamos, ser necessário considerar o fato que em 1998 as urnas eletrônicas não estavam disponíveis em todas as sessões eleitorais.

Votos brancos e nulos nas eleições para Governador

Apresentamos na Tabela 6, os dados das eleições para Governador. O distanciamento do eleitor é menor do que nas eleições para o Senado. Mesmo assim, em quase todos os estados, a média de anulamento nos cinco pleitos passa de 10%, com exceção do Amapá, Amazonas, Distrito Federal e Roraima. Por outro lado, diferente dos casos das outras eleições em São Paulo, tirando os maiores anos de 1998 e 2016 (sendo o anulamento em 2016 2,4 pontos percentuais maior), os outros anos tiveram taxa de anulamento menor – ainda que muito perto – de 10%. O mesmo não acontece em outros estados que possuem uma taxa de anulação maior que dois dígitos em pelo menos quatro dos cinco pleitos, a saber: Alagoas (com a maior média do país, de 19.7%), Bahia (média de 19.6%), Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins. Os padrões de votação seguem uma configuração distinta das anteriores, já que estados menores também encontraram alto índice de distanciamento.

Votos brancos e nulos nas eleições para Presidente

Apresentamos na Tabela 7, os dados das eleições para a Presidência. Os índices encontrados são um pouco menores dos que os da eleição para Governador. Nada menos do que 13 estados têm média de anulamento nos cinco pleitos menor do que 10%. São Paulo volta a ter padrão de dois dígitos, 10.1%. O maior distanciamento é encontrado no Rio Grande do Norte, seguido de Paraíba, Bahia e Alagoas. Outra vez encontramos uma dinâmica distinta das médias nas eleições

legislativas estaduais e federais e nas municipais¹⁰, na qual os índices maiores vinham dos estados do Centro – Sul, principalmente do Sudeste. Nas eleições para o Poder Executivo estadual e nacional e para o Senado, a região com média maior de abstenção é o Nordeste, sendo sempre o Sudeste o segundo colocado entre as regiões brasileiras.

Finalmente, a mesma dinâmica encontrada nos dados anteriores se repete. Existe uma abrupta queda na taxa de votos brancos e nulos entre 1998 e 2002 e, em seguida, um contínuo crescimento dessa opção de voto nas eleições posteriores, atingindo os índices maiores em 2016, mas sem grandes alterações na evolução da curva ao longo do período 2002 – 2016.

Abstenção eleitoral nas eleições nacionais-estaduais e municipais

Conforme expusemos acima, as taxas de não comparecimento são iguais entre os dois pleitos municipais e entre os cinco pleitos estaduais e nacionais. Posto isto, iremos nessa seção analisar apenas o padrão de não comparecimento nas urnas das eleições para vereador e deputado estadual, que são os cargos mais baixos na hierarquia política brasileira em cada uma delas. Mas os achados devem ser generalizados para os outros pleitos, uma vez que faz pouco sentido pensar em taxas diferentes de não comparecimento em eleições que são realizadas na mesma visita às urnas.

Outra vez separamos os dados em duas análises. Na parte superior das Tabelas 8 e 9 apresentamos as médias da taxa de não comparecimento a partir dos votos individuais, enquanto na parte inferior as médias são obtidas a partir da agregação municipal. Conforme observamos, apesar de trazerem informações que são qualitativamente distintas, os resultados foram até agora semelhantes. Apresentamos em primeiro lugar os dados das eleições municipais e em seguida os dados nas eleições estaduais e nacionais.

Analisando os dados para as eleições municipais na Tabela 8, encontramos taxas de não comparecimento na parte superior da tabela cujas médias entre os anos variam de 11.5% (Sergipe) a 18.8% (Rondônia) e na parte inferior de

10 Nas eleições legislativas proporcionais (Câmara dos Vereadores, Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados) e também nas eleições para Prefeito. Posto isso, é possível levantar a hipótese que o comportamento do eleitor é afetado positivamente em termos de opção por um voto válido de acordo com a importância prática do seu voto e o maior leque de escolhas (eleições proporcionais), quanto pela proximidade da circunscrição eleitoral (eleições municipais)

8.3% (Rio Grande do Sul) a 18.5 (Amazonas). As regiões com as maiores médias são o Centro Oeste e o Norte, justamente as duas regiões menos densamente povoadas do país – indicando, tal como discutido na literatura, que os mecanismos que levam à votação nula ou em branco não são os mesmos que levam ao não comparecimento.

Na Tabela 9, observarmos as taxas nas eleições estaduais e nacionais. Todas estão acima dos dois dígitos, sendo a menor média encontrada na análise dos cinco anos, de 13.5% no Amapá e a maior de 24.7% no Maranhão. Interessante observar que existe um movimento semelhante nas curvas de não comparecimento, com uma queda brusca, sobretudo nas eleições estaduais e nacionais, depois de 1998 e uma retomada gradual do crescimento a partir de 2006.

Observando os dados agregados por votos individuais, em muitos pleitos o não comparecimento nas eleições estaduais e nacionais foi superior a 20%, mas em nenhum momento no período o valor atingiu os 30%, o que ocorreu na contabilização de votos brancos e nulos nas eleições para o Senado e para a escolha dos governadores. Já em relação aos votos agregados por municípios, o Amazonas atingiu, no ano de 1998, altíssimos 40% de não comparecimento, com média nos cinco anos de 30%. O mesmo aconteceu no Pará, onde o não comparecimento aproximou-se dos 39% em 1998. As regiões com as maiores médias são o Nordeste e novamente o Norte

É interessante observar que tanto na Tabela 9 quanto na Tabela 8 as médias de não comparecimento são bastante altas nos estados do Norte, diferentemente do que ocorria na análise de votos brancos e nulos, quando as maiores taxas encontradas eram do Sudeste, seguido de Nordeste e Sul.

Tabela 1. Médias de anulamento de voto (em%) nas eleições para Vereadores

Estado/ Ano	2000	2004	2008	2012	2016	Estado/ Ano	2000	2004	2008	2012	2016
Votos Individuais											
AC	3.8	4.2	4.7	3.5	4.0	PE	7.0	5.2	6.5	6.8	8.0
AL	5.6	4.8	6.1	6.5	6.9	PI	5.7	4.2	5.0	4.5	4.4
AM	3.1	2.6	3.7	4.4	6.0	PR	5.1	4.5	5.7	7.3	9.3
AP	2.7	2.2	2.9	3.0	4.5	RJ	6.8	6.3	9.7	11.2	14.2
BA	6.6	5.2	6.1	6.2	6.7	RN	5.2	4.3	5.2	5.3	6.7
CE	5.0	4.1	5.2	5.1	5.8	RO	4.1	3.5	4.3	4.5	5.6
ES	4.4	3.9	5.1	6.3	7.7	RR	3.3	4.1	3.5	3.2	5.0
GO	4.7	3.9	4.9	6.6	6.5	RS	4.4	4.4	6.3	7.2	9.3
MA	4.0	3.9	4.2	3.7	4.0	SC	3.6	3.6	4.7	5.5	8.1
MG	5.8	5.2	6.7	7.2	9.2	SE	4.5	4.6	6.0	5.8	7.8
MS	3.7	3.2	4.3	5.0	6.7	SP	8.2	7.2	9.3	11.9	14.9
MT	4.0	3.3	4.0	4.6	6.1	TO		3.6	3.5	3.4	3.9
PA	3.9	3.3	4.4	4.1	4.5	BRASIL	6.1	5.2	6.8	7.8	9.5
PB	5.8	4.4	5.6	5.8	6.7						
Votos Agregados por Município											
AC	4.4	5.3	5.4	3.6	3.2	PE	6.6	5.1	5.8	5.1	5.2
AL	5.8	4.8	5.7	4.9	4.5	PI	5.9	4.2	5.2	4.2	3.7
AM	3.5	2.7	2.9	2.5	2.5	PR	4.0	3.0	3.5	3.5	4.3
AP	2.7	2.2	2.6	2.0	2.1	RJ	4.0	3.2	4.5	5.0	6.2
BA	6.3	4.8	5.2	4.4	4.2	RN	4.8	4.0	4.5	3.8	3.9
CE	5.3	4.1	5.0	4.3	3.9	RO	4.0	3.3	3.7	3.2	3.8
ES	4.0	3.2	3.9	3.9	4.4	RR	3.4	4.1	2.8	2.4	2.6
GO	4.2	3.3	3.3	3.0	3.2	RS	2.8	2.6	3.2	3.2	3.9
MA	4.0	3.9	4.1	3.4	3.2	SC	3.0	2.5	2.9	2.9	3.9
MG	5.2	4.1	4.6	4.2	4.7	SE	4.2	4.1	4.9	4.4	4.8
MS	3.5	2.8	3.4	3.2	3.7	SP	5.1	4.2	5.2	5.5	6.7
MT	4.2	3.2	3.3	3.3	3.6	TO*		3.8	3.5	3.0	2.8
PA	3.9	3.3	3.6	3.0	2.8	BRASIL	4.7	3.8	4.3	4.0	4.4
PB	5.7	4.3	5.1	4.6	4.6						

Correlação entre as duas mensurações: 0.58.

Total de 27165 municípios. *não temos dados para TO em 2000

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Tabela 2. Médias de anulamento de voto (em%) nas eleições para Prefeitos

Estado/ Ano	2000	2004	2008	2012	2016	Estado/ Ano	2000	2004	2008	2012	2016
Votos Individuais											
AC	7.8	7.2	7.1	5.7	5.7	PE	11.3	8.1	9.0	9.0	10.5
AL	9.9	8.4	9.1	9.4	8.9	PI	8.5	7.1	7.3	6.2	6.6
AM	5.6	5.3	5.3	5.0	7.3	PR	7.3	5.6	5.9	7.0	9.7
AP	5.5	4.5	4.3	4.5	6.6	RJ	8.5	7.2	10.2	11.6	16.0
BA	10.2	8.1	8.6	8.6	8.6	RN	7.9	7.0	7.4	7.4	9.1
CE	8.2	6.6	7.7	6.9	7.3	RO	7.8	6.3	6.6	6.4	7.5
ES	7.8	6.8	7.7	7.8	10.2	RR	6.3	5.7	6.4	4.8	5.8
GO	7.4	6.1	6.6	8.7	8.1	RS	5.4	5.3	7.1	7.7	10.2
MA	6.1	7.6	6.7	6.1	5.8	SC	5.0	4.4	5.1	6.0	8.6
MG	8.8	7.6	8.9	9.0	11.9	SE	9.0	8.0	8.3	8.1	10.6
MS	6.6	5.3	6.1	6.4	8.0	SP	9.2	7.3	9.1	11.5	15.2
MT	6.6	5.7	6.0	6.0	8.6	TO	0.0	6.8	6.1	5.6	6.5
PA	6.8	5.8	6.2	5.5	5.7	BRASIL	8.3	6.9	8.0	8.8	10.9
PB	8.6	6.8	7.2	7.5	8.4						
Votos Agregados por Município											
AC	9.1	8.0	7.3	5.6	5.3	PE	10.2	8.6	7.9	7.0	7.2
AL	9.5	8.4	9.0	7.8	6.9	PI	8.5	7.1	7.4	6.1	5.6
AM	6.5	6.0	5.5	4.4	4.0	PR	7.7	5.6	5.6	5.8	6.1
AP	5.5	4.5	4.3	3.6	3.9	RJ	7.3	5.8	6.9	7.3	8.8
BA	9.7	8.0	8.1	7.0	6.7	RN	7.1	6.5	6.7	5.6	5.3
CE	8.3	6.6	7.2	6.3	5.9	RO	7.7	6.5	6.6	6.4	6.4
ES	7.1	6.3	6.6	6.3	6.8	RR	8.5	5.7	5.6	5.0	4.5
GO	6.5	5.4	5.2	4.7	5.1	RS	4.4	4.9	5.7	5.2	6.4
MA	6.1	7.7	6.6	5.7	5.0	SC	4.9	4.0	4.4	4.5	5.4
MG	8.3	6.8	7.2	6.6	7.0	SE	7.4	7.3	7.0	6.6	7.0
MS	6.5	5.9	6.4	6.1	5.5	SP	7.6	6.0	7.4	7.5	8.8
MT	7.1	6.2	5.8	5.9	5.6	TO		7.1	6.3	5.2	4.8
PA	7.2	6.5	5.9	5.1	4.5	BRASIL	7.5	6.4	6.7	6.1	6.4
PB	7.9	6.6	6.9	6.4	6.0						

Correlação entre as duas mensurações: 0.63.

Total de 27165 municípios. *não temos dados para TO em 2000.

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Tabela 3. Médias de anulamento de voto (em%) nas eleições para Deputados Estaduais

Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014	Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Votos Individuais											
AC	8.3	3.9	3.5	3.2	3.1	PE	22.0	10.3	11.3	9.4	13.2
AL	12.8	7.1	8.1	7.8	11.3	PI	19.2	6.1	6.6	5.4	6.6
AM	10.0	3.4	4.4	4.2	5.7	PR	18.3	7.1	9.2	8.9	11.3
AP	3.4	2.3	2.4	2.6	3.6	RJ	10.1	7.0	11.2	11.9	16.8
BA	22.6	7.8	9.6	8.8	11.8	RN	19.8	7.4	7.9	8.0	14.1
CE	17.3	6.6	7.1	7.2	10.4	RO	13.3	4.7	5.5	4.7	6.9
ES	14.3	5.8	7.5	7.4	10.4	RR	3.7	2.4	2.8	2.4	3.2
GO	16.1	5.8	7.1	6.9	10.6	RS	13.8	7.0	9.9	9.5	12.4
MA	15.7	6.2	5.6	5.4	6.8	SC	15.2	6.0	8.4	8.9	12.2
MG	21.6	8.8	12.4	10.8	14.5	SE	18.3	7.7	7.3	8.3	12.4
MS	15.5	5.2	5.1	5.9	8.6	SP	19.1	9.2	12.6	12.5	17.9
MT	17.6	5.0	6.1	5.7	9.7	TO	13.7	4.9	3.7	4.0	5.5
PA	14.4	4.4	5.5	4.7	6.8	BRASIL	17.5	7.6	9.9	9.5	13.2
PB	23.4	9.1	8.9	8.9	13.3						
Votos Agregados por Município											
AC	13.0	5.1	3.8	3.0	2.8	PE	29.4	11.0	10.3	8.3	11.2
AL	12.4	7.5	7.5	7.3	9.3	PI	22.1	6.6	6.4	5.0	5.3
AM	20.6	3.9	3.1	2.5	2.7	PR	23.9	6.9	6.8	6.5	8.1
AP	3.9	2.4	2.2	2.1	2.5	RJ	9.9	6.2	8.5	8.9	12.0
BA	28.0	8.1	7.7	6.4	7.9	RN	23.1	7.2	6.7	6.1	9.3
CE	22.2	7.4	6.4	6.3	8.9	RO	17.0	4.9	4.9	3.7	5.1
ES	20.2	6.6	7.3	6.9	8.9	RR	3.8	2.8	2.7	2.2	2.4
GO	20.8	5.3	5.1	4.9	7.0	RS	19.7	7.6	9.0	8.1	9.6
MA	18.5	6.3	5.4	4.8	5.4	SC	18.3	5.9	7.0	6.7	8.7
MG	28.7	9.1	9.5	7.9	10.1	SE	22.2	8.2	7.1	7.5	10.2
MS	21.5	5.2	4.3	4.5	6.1	SP	31.8	10.0	10.9	10.3	13.0
MT	23.6	5.3	5.9	4.7	7.2	TO	16.0	5.1	3.6	3.3	3.8
PA	21.5	4.7	4.2	3.7	4.6	BRASIL	23.9	7.6	7.7	6.9	8.9
PB	25.6	8.5	8.1	7.7	10.5						

Correlação entre as duas mensurações: 0.91.

Total de 27075 municípios.

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Tabela 4. Médias de anulamento de voto (em%) nas eleições para Deputados Federais

Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014	Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Votos Individuais											
AC	12.6	4.0	4.5	4.8	4.7	PB	29.1	9.4	10.0	12.5	16.9
AL	13.5	7.5	8.2	10.4	14.1	PE	24.1	10.1	11.9	11.5	15.4
AM	11.8	3.6	4.8	4.8	7.3	PI	26.6	5.4	7.0	7.5	8.7
AP	3.8	2.7	3.2	3.4	5.1	PR	21.0	7.8	10.0	9.7	12.7
BA	23.2	6.9	9.0	10.4	14.1	RJ	10.5	7.4	12.6	14.4	19.5
CE	19.4	6.0	6.8	9.3	12.7	RN	25.8	7.5	9.2	11.5	18.2
DF	6.7	4.9	7.4	9.1	13.0	RO	21.5	5.0	7.0	6.4	9.9
ES	19.2	6.5	8.9	9.4	13.7	RR	5.6	3.6	4.1	3.4	5.8
GO	20.8	6.4	7.8	10.1	13.6	RS	16.7	7.1	10.6	10.2	14.8
MA	24.6	5.9	5.9	7.3	8.4	SC	20.5	6.9	10.3	11.0	16.3
MG	23.7	8.5	12.7	11.8	16.5	SE	26.9	8.7	8.5	11.7	15.1
MS	20.0	5.4	6.3	7.8	11.5	SP	19.8	9.0	12.0	12.0	16.8
MT	23.7	5.6	7.2	7.9	13.2	TO	17.2	5.4	4.2	5.7	8.4
PA	19.8	4.0	5.8	6.3	8.1	BRASIL	19.9	7.5	10.1	10.7	14.8
Votos Agregados por Município											
AC	22.5	4.5	4.0	4.1	4.0	PB	32.5	7.9	8.3	10.3	12.8
AL	12.3	7.2	7.3	9.8	11.9	PE	32.3	9.6	10.2	10.5	13.3
AM	24.6	3.7	2.9	3.2	3.2	PI	30.0	5.8	6.1	6.9	7.0
AP	3.8	2.5	2.7	2.9	3.5	PR	28.8	6.7	7.2	7.0	9.2
BA	28.0	6.3	6.9	7.9	9.5	RJ	9.3	6.4	9.3	10.6	14.1
CE	24.7	6.5	5.7	8.2	10.4	RN	28.7	6.6	6.9	8.8	12.3
DF	6.7	4.9	7.4	9.1	13.0	RO	28.1	4.8	6.3	5.3	7.9
ES	29.7	6.7	8.3	8.8	12.2	RR	5.1	3.3	3.3	3.0	4.1
GO	26.0	5.3	5.4	7.0	9.4	RS	25.1	7.6	9.9	8.9	11.2
MA	29.8	5.5	5.2	6.5	6.9	SC	25.4	6.4	8.6	8.4	12.1
MG	32.0	8.1	9.1	8.7	11.3	SE	32.7	8.7	7.8	10.6	12.9
MS	29.6	5.1	4.9	5.8	8.4	SP	35.6	9.5	10.6	10.6	13.3
MT	31.1	5.2	6.3	6.7	10.4	TO	20.3	4.9	3.4	4.4	5.4
PA	30.0	4.1	4.2	5.0	6.0	BRASIL	28.7	7.0	7.8	8.3	10.5

Correlação entre as duas mensurações: 0.92.

Total de 27075 municípios.

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Tabela 5. Médias de anulamento de voto (em%) nas eleições para Senadores

Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014	Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Votos Individuais											
AC	18.3	16.0	12.3	11.0	10.5	PB	34.7	24.1	22.4	21.9	25.3
AL	32.5	23.6	17.4	20.4	23.2	PE	33.6	26.7	24.1	21.7	22.2
AM	16.2	13.2	9.5	9.2	10.9	PI	30.5	20.3	18.6	15.3	17.2
AP	10.9	11.6	8.0	8.8	10.9	PR	22.8	17.3	14.7	14.7	18.4
BA	34.8	23.5	21.6	21.8	23.5	RJ	22.5	13.7	20.0	23.2	23.4
CE	30.2	21.3	17.4	20.3	20.2	RN	26.4	22.6	18.3	20.4	23.6
DF	9.8	11.7	11.0	16.5	14.3	RO	23.2	15.6	13.9	13.6	15.9
ES	23.5	16.7	14.9	15.8	21.8	RR	10.8	12.4	10.3	9.1	10.4
GO	21.4	17.0	13.2	16.4	23.2	RS	21.4	13.8	17.8	16.5	17.8
MA	37.6	21.2	16.8	17.3	16.3	SC	22.7	15.1	17.5	19.0	24.7
MG	33.7	23.5	25.0	19.1	26.2	SE	25.4	21.8	15.8	21.4	26.1
MS	25.3	17.0	11.4	14.6	15.7	SP	19.9	18.5	20.9	27.2	25.4
MT	21.4	17.7	17.6	12.6	20.5	TO	21.7	20.5	11.9	13.2	15.5
PA	22.9	14.7	14.8	17.2	14.9	BRASIL	25.4	18.9	19.2	20.5	22.1
Votos Agregados por Município											
AC	28.0	20.4	14.1	11.8	11.0	PB	38.2	25.0	21.9	21.1	22.4
AL	35.3	26.0	19.9	21.0	22.4	PE	40.3	31.4	25.7	23.1	22.5
AM	24.5	19.1	10.3	9.7	7.9	PI	35.1	22.6	19.4	16.5	16.7
AP	13.5	14.0	9.3	9.4	9.7	PR	26.0	18.9	14.0	13.1	15.7
BA	40.1	26.6	21.4	20.6	19.6	RJ	25.6	15.6	17.7	20.6	21.2
CE	34.3	24.3	18.9	20.7	18.3	RN	29.3	24.1	18.0	19.3	19.5
DF	9.8	11.7	11.0	16.5	14.3	RO	28.4	17.9	14.0	13.4	14.5
ES	31.6	19.9	15.9	16.6	20.3	RR	11.4	15.1	12.3	10.2	10.1
GO	25.3	18.1	12.4	14.5	18.2	RS	26.3	17.0	17.4	18.4	15.8
MA	41.0	23.3	18.1	17.4	15.2	SC	25.0	16.3	17.2	16.2	21.3
MG	44.2	26.3	23.0	18.7	22.1	SE	26.9	24.1	16.8	21.6	23.1
MS	31.1	19.9	11.5	13.5	14.8	SP	28.3	21.5	20.4	28.1	20.6
MT	25.2	20.6	18.7	13.6	18.0	TO	25.0	21.7	13.0	12.3	13.0
PA	30.0	18.0	14.0	16.5	13.1	BRASIL	32.7	22.1	18.7	18.8	18.8

Correlação entre as duas mensurações: 0.92.

Total de 27779 municípios. *não temos dados para CE e PE 2002. Dados de 2002 retirados do repositório de dados do TSE

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Tabela 6. Médias de anulamento de voto (em%) nas eleições para Governadores

Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014	Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Votos Individuais											
AC	18.3	10.3	6.5	7.3	7.2	PB	35.1	15.6	11.6	15.2	12.8
AL	32.9	17.2	13.3	14.7	20.3	PE	25.9	19.5	15.7	17.3	16.7
AM	15.6	9.0	7.3	8.9	8.3	PI	24.6	13.2	11.0	13.6	12.2
AP	9.5	5.6	3.5	7.1	6.1	PR	22.7	7.9	9.1	8.7	9.3
BA	36.0	16.5	15.0	14.1	16.5	RJ	17.3	8.3	10.7	17.5	17.6
CE	24.2	15.4	12.7	15.3	14.8	RN	20.2	16.3	13.8	16.9	23.3
DF	6.7	5.6	7.6	9.7	8.4	RO	21.7	10.4	9.0	6.9	9.3
ES	21.2	14.0	11.7	12.4	11.2	RR	8.9	11.5	6.3	5.8	7.2
GO	16.8	9.0	11.8	9.2	10.0	RS	14.2	7.8	7.2	8.9	11.7
MA	26.0	12.1	12.0	11.3	13.9	SC	17.6	7.5	8.7	10.3	15.4
MG	25.8	12.8	13.5	15.5	16.9	SE	22.5	17.1	9.6	12.9	19.0
MS	19.4	8.9	7.9	9.7	8.5	SP	14.7	9.1	9.9	9.7	17.1
MT	18.7	9.2	8.9	10.4	13.6	TO	20.2	11.8	8.3	10.4	12.2
PA	19.2	9.7	6.2	6.3	10.4	BRASIL	20.6	11.1	10.9	12.1	14.9
Votos Agregados por Município											
AC	28.9	14.7	8.3	8.4	7.4	PB	37.5	17.3	12.5	16.7	12.7
AL	36.4	21.5	15.0	16.8	18.7	PE	30.5	26.2	17.2	20.3	18.1
AM	20.3	16.0	8.8	9.4	7.8	PI	26.8	16.0	12.6	15.8	11.6
AP	12.1	7.1	4.4	8.0	6.2	PR	26.0	9.3	8.4	8.9	7.6
BA	44.0	20.0	15.5	13.8	14.4	RJ	20.5	10.3	10.4	17.0	15.1
CE	29.5	18.8	14.0	16.9	13.4	RN	20.5	19.5	14.5	16.7	19.3
DF	6.7	5.6	7.6	9.7	8.4	RO	25.7	12.3	9.4	6.7	7.9
ES	28.3	17.6	12.9	12.8	10.4	RR	10.4	15.1	7.8	6.9	7.1
GO	21.9	10.2	11.5	8.9	8.1	RS	19.0	9.8	6.8	8.7	9.7
MA	28.7	14.1	13.1	12.3	13.7	SC	18.6	8.4	7.5	9.1	12.5
MG	35.1	16.4	13.8	16.0	14.2	SE	22.9	20.0	10.5	13.8	17.2
MS	24.5	11.0	9.0	9.2	7.6	SP	23.0	11.9	9.3	9.9	13.5
MT	23.3	11.5	9.8	11.5	13.4	TO	23.3	13.7	9.6	10.9	11.6
PA	22.7	12.7	6.4	6.0	9.7	BRASIL	27.7	14.4	11.3	12.5	12.6

Correlação entre as duas mensurações: 0.95.

Total de 27779 municípios.

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Tabela 7. Médias de anulamento de voto (em%) nas eleições para Presidência

Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014	Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Votos Individuais											
AC	19.4	8.8	6.5	4.9	4.7	PB	28.7	17.1	10.5	13.2	10.1
AL	27.4	14.7	11.4	12.0	12.6	PE	24.9		11.5	11.7	9.3
AM	14.7	6.8	6.4	6.0	6.4	PI	25.5	15.5	9.7	10.5	8.0
AP	12.5	5.9	4.4	4.8	4.5	PR	16.5	9.3	6.6	6.5	7.2
BA	28.1	18.0	10.8	10.7	10.7	RJ	15.3	6.2	10.0	10.7	14.0
CE	19.5		9.6	10.7	9.7	RN	25.9	15.7	11.5	12.9	14.0
DF	9.7	5.9	5.4	6.0	6.0	RO	16.7	9.3	6.9	6.7	6.6
ES	16.1	8.8	7.3	7.5	8.2	RR	13.3	8.7	5.1	4.7	4.8
GO	19.2	9.0	8.0	7.4	8.2	RS	13.8	7.7	7.0	7.2	8.7
MA	26.5	20.0	9.2	10.4	8.4	SC	13.7	8.0	7.0	7.1	8.6
MG	19.8	10.5	9.0	8.9	8.9	SE	25.9	14.9	9.4	10.3	11.7
MS	14.8	7.0	5.1	6.5	6.4	SP	16.5	8.4	7.4	7.4	10.8
MT	15.7	7.0	7.0	7.2	7.6	TO	20.2	16.2	7.4	8.0	8.5
PA	16.3	8.8	5.5	5.5	6.2	BRASIL	18.7	10.1	8.4	8.6	9.6
Votos Agregados por Município											
AC	28.5	12.2	8.0	6.0	5.5	PB	30.5	20.8	11.9	15.0	9.2
AL	30.0	18.2	13.2	13.4	12.4	PE	28.1		14.3	13.9	9.6
AM	20.5	11.8	8.7	7.3	5.9	PI	27.6	19.0	11.4	12.8	8.1
AP	14.9	7.7	5.2	5.4	4.3	PR	19.4	12.6	6.6	6.6	6.2
BA	32.5	23.7	12.4	11.4	9.7	RJ	18.7	7.7	9.8	9.9	11.4
CE	24.2		11.0	12.3	9.2	RN	28.4	19.7	12.9	14.0	12.2
DF	9.7	5.9	5.4	6.0	6.0	RO	18.5	11.8	7.5	7.0	6.0
ES	19.7	11.6	8.5	8.4	8.2	RR	18.5	11.9	6.3	5.8	5.1
GO	23.2	11.7	8.6	7.6	7.4	RS	17.1	10.1	7.1	7.4	7.4
MA	29.3	24.4	10.5	11.9	8.7	SC	15.1	10.0	7.1	6.8	7.0
MG	24.4	15.0	9.3	9.2	7.8	SE	29.5	18.3	10.8	11.4	10.8
MS	18.0	9.0	5.8	7.0	5.8	SP	21.1	11.5	7.1	7.2	8.7
MT	18.0	8.8	8.1	7.9	7.3	TO	21.6	20.1	8.6	9.2	8.9
PA	20.4	12.0	5.7	5.9	5.8	BRASIL	23.4	14.7	9.2	9.4	8.2

Correlação entre as duas mensurações: 0.97.

Total de 27409 municípios

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Tabela 8. Médias de não comparecimento (em%) nas eleições Municipais

Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014	Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Contabilização por indivíduo											
AC	20.4	18.1	17.3	18.3	18.1	PE	19.1	15.5	15.5	16.3	13.5
AL	18.9	16.5	16.6	8.4	16.0	PI	10.8	12.4	14.3	16.6	11.7
AM	19.2	16.2	15.5	17.0	13.0	PR	15.5	13.3	13.7	14.1	14.5
AP	13.2	14.7	14.2	15.8	15.8	RJ	14.7	13.9	15.4	18.2	21.5
BA	20.2	17.4	14.6	18.3	18.9	RN	13.1	11.7	11.7	13.4	13.6
CE	17.5	13.8	14.1	16.6	14.6	RO	18.9	18.5	17.6	17.9	21.0
DF	14.7	13.9	14.0	16.3	17.2	RR	19.9	15.7	14.7	15.5	16.1
ES	13.4	13.9	14.1	14.3	15.7	RS	11.1	11.0	12.7	14.4	15.5
GO	19.2	16.7	16.7	19.6	15.9	SC	11.1	10.3	11.0	12.7	13.0
MA	13.5	13.9	14.3	16.4	18.3	SE	12.2	11.8	13.2	7.0	13.6
MG	14.5	14.9	15.1	16.7	19.7	SP	13.1	14.1	14.8	17.4	20.7
MS	18.2	16.7	16.1	18.2	20.6	TO	14.8	15.1	14.0	14.9	14.1
MT	19.8	16.5	16.7	17.9	17.2	BRASIL	15.0	14.2	14.5	16.4	17.6
PA	14.2	12.9	13.4	16.0	12.3						
Contabilização por Município											
AC	19.5	17.5	16.1	17.5	18.4	PE	21.0	15.4	15.1	16.7	14.9
AL	19.7	16.2	15.9	8.1	14.9	PI	8.2	10.1	12.5	15.9	11.6
AM	22.5	19.4	17.9	19.4	18.1	PR	12.0	10.5	10.3	12.4	13.2
AP	13.5	13.5	14.3	16.1	14.6	RJ	12.2	10.5	11.9	14.8	18.0
BA	20.1	16.6	12.5	17.3	17.7	RN	10.8	9.1	8.3	10.7	10.9
CE	15.4	12.8	13.2	16.5	13.8	RO	18.1	17.5	16.4	18.2	20.8
DF	13.9	12.3	12.1	14.9	14.6	RR	18.2	10.2	11.4	13.3	14.6
ES	10.9	10.1	9.8	11.9	11.3	RS	9.3	6.7	7.7	9.3	8.7
GO	16.0	14.8	14.5	18.1	16.5	SC	9.4	7.4	7.3	8.8	10.4
MA	12.7	11.7	11.4	13.8	15.3	SE	10.9	10.1	11.3	5.8	11.2
MG	13.1	13.2	12.8	14.8	18.2	SP	11.0	11.7	12.3	15.0	17.9
MS	17.4	16.0	14.2	17.0	18.8	TO	13.3	12.9	11.0	12.5	11.6
MT	20.5	16.3	15.5	17.4	17.4	BRASIL	13.3	11.8	11.6	13.8	14.3
PA	10.9	10.8	10.9	14.5	11.6						

Correlação entre as duas mensurações: 0.87.

Total de 27409 municípios

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Tabela 9. Médias de não comparecimento (em%) nas eleições Estaduais e Nacionais

Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014	Estado/ Ano	1998	2002	2006	2010	2014
Contabilização por indivíduo											
<i>AC</i>	24.8	21.5	19.0	22.7	17.3	<i>PB</i>	24.6	17.9	16.3	18.5	17.6
<i>AL</i>	28.2	21.2	18.6	22.1	19.2	<i>PE</i>	25.6	21.3	18.2	19.4	16.5
<i>AM</i>	29.1	21.8	17.8	20.0	19.5	<i>PI</i>	24.4	15.8	16.1	19.8	18.9
<i>AP</i>	13.6	14.6	14.3	14.9	10.4	<i>PR</i>	21.1	16.2	16.2	16.5	16.9
<i>BA</i>	31.8	25.3	20.7	21.6	23.2	<i>RJ</i>	20.2	14.7	15.0	17.4	20.1
<i>CE</i>	23.3	19.7	17.4	20.1	20.1	<i>RN</i>	19.0	17.6	14.8	16.4	16.8
<i>DF</i>	15.5	15.4	13.9	15.4	11.7	<i>RO</i>	30.0	21.4	20.5	21.5	21.4
<i>ES</i>	21.8	17.6	16.8	17.4	18.9	<i>RR</i>	21.6	16.0	14.7	14.0	12.4
<i>GO</i>	20.6	17.0	17.1	18.0	18.8	<i>RS</i>	14.6	13.0	13.9	14.9	16.8
<i>MA</i>	31.0	24.0	20.8	24.0	23.6	<i>SC</i>	16.3	13.5	13.9	14.0	16.4
<i>MG</i>	19.9	17.1	17.9	18.4	20.0	<i>SE</i>	21.6	17.3	14.5	16.9	14.7
<i>MS</i>	20.7	18.0	17.4	18.1	20.5	<i>SP</i>	16.5	15.9	15.2	16.4	19.5
<i>MT</i>	29.0	22.2	20.1	21.0	22.9	<i>TO</i>	20.1	20.6	18.2	18.5	19.6
<i>PA</i>	33.3	22.2	19.8	21.2	21.1	<i>BRASIL</i>	21.6	17.7	16.7	18.1	19.3
Contabilização por Município											
<i>AC</i>	29.0	23.9	21.0	26.0	21.8	<i>PB</i>	23.8	17.7	16.5	19.3	20.5
<i>AL</i>	31.1	21.4	20.2	23.6	20.6	<i>PE</i>	29.2	25.6	20.4	22.0	20.8
<i>AM</i>	40.3	32.1	26.1	28.7	27.1	<i>PI</i>	23.3	15.3	16.3	21.1	22.6
<i>AP</i>	17.1	14.4	15.6	17.6	11.7	<i>PR</i>	24.8	16.3	16.9	16.6	18.3
<i>BA</i>	34.4	27.9	22.2	23.2	25.1	<i>RJ</i>	21.5	15.1	14.8	17.2	19.8
<i>CE</i>	21.1	21.2	18.6	22.1	22.9	<i>RN</i>	19.2	17.3	14.4	15.8	17.6
<i>DF</i>	15.5	15.4	13.9	15.4	11.7	<i>RO</i>	30.6	22.3	21.5	23.0	22.2
<i>ES</i>	23.2	19.8	18.2	18.9	19.0	<i>RR</i>	22.3	17.2	12.4	13.1	14.3
<i>GO</i>	21.6	18.0	17.9	18.6	20.6	<i>RS</i>	15.5	14.9	13.4	14.2	13.5
<i>MA</i>	30.7	23.7	21.1	24.6	26.0	<i>SC</i>	17.3	14.6	13.8	13.1	15.0
<i>MG</i>	22.1	20.0	19.5	20.4	21.9	<i>SE</i>	21.7	17.0	14.3	17.2	14.6
<i>MS</i>	20.8	19.4	18.7	19.6	22.1	<i>SP</i>	18.5	18.3	17.6	18.7	21.3
<i>MT</i>	32.0	24.0	22.9	23.2	25.5	<i>TO</i>	19.9	21.2	18.3	17.8	21.9
<i>PA</i>	38.1	25.8	22.6	23.5	24.0	<i>BRASIL</i>	24.1	19.6	18.1	19.4	20.6

Correlação entre as duas mensurações: 0.92.

Total de 27409 municípios

Fonte: TSE e CEPESP-DATA/FGV

Os determinantes da alienação eleitoral no Estado de São Paulo

Abstenção Eleitoral

Na seção anterior, analisamos em seus pormenores os padrões de votos brancos e nulos e de não comparecimento às urnas entre os estados. Identificamos algumas associações possíveis. Os estados mais populosos e com economias mais complexas do centro – Sul, sobretudo no Sudeste – são estados onde a população comparece mais às urnas e se vota mais em branco / nulo. Já as eleições dos estados do Norte tendem a ser marcadas por um menor número de votos brancos ou nulos, contudo com uma maior taxa de abstenção, isto é, não comparecimento. Além disso, encontramos um padrão na evolução da alienação eleitoral que não indica existir qualquer processo qualitativamente distinto nos últimos anos eleitorais, apesar de a crônica política ter debatido como a crise política, econômica e moral dos últimos anos poderia afetar o envolvimento dos cidadãos com o processo democrático.

Nesta etapa da pesquisa propomos, a partir do estudo dos padrões de alienação eleitoral nos municípios paulistas, verificar os determinantes da abstenção eleitoral e dos votos em branco e nulo. (In)felizmente, como os dados disponíveis para análise não nos permitem identificar se um indivíduo votou em branco, nulo ou deu um voto válido, e mesmo as estatísticas eleitorais não permitem identificar quem são os indivíduos registrados que de fato votaram, optamos, como na seção anterior, analisar as relações a partir do nível de agregação municipal. Conforme vimos, o padrão de votos encontrados a partir das médias municipais não difere de maneira substantiva dos resultados obtidos a partir da análise dos votos individualmente, apesar de impossibilitar conclusões a respeito do comportamento individual¹¹.

Optamos por analisar o estado de São Paulo, pois este estado apresentou índices razoáveis de alienação e foi um dos centros da discussão sobre a expansão da alienação eleitoral no debate público brasileiro dos últimos anos. Além disso, é a região que foi o ponto fulcral das manifestações populares que tomaram conta do país nos últimos anos.

11 Para mais informações sobre o problema de falácia ecológica, ver Robinson (1950) e Seligson (2002). A correlação média encontrada entre os dados agregados por municípios e os individuais nas Tabelas de 1 a 9 foi de 0,85, com amplitude de 0,58 a 0,97.

Em primeiro lugar, vamos verificar os determinantes das taxas de abstenção eleitoral. Na análise, inserimos variáveis em bloco. O primeiro é relacionado a determinantes geográficos e demográficos: área do território, densidade populacional, população, taxa de envelhecimento, porcentagem de pessoas jovens e de pessoas idosas. Em seguida, analisamos variáveis relacionadas ao contexto socioeconômico, como o número de empregos formais per capita em geral e no setor de serviços, o porte econômico da cidade – mensurado pelo PIB municipal –, o nível de desenvolvimento do município – mensurado pelo PIB municipal *per capita* –, a taxa de crescimento da economia municipal, a desigualdade econômica da renda dentro do município, a taxa de analfabetismo, a taxa de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade pós neonatal.

Analisamos em seguida dados de tributação municipal (IPTU e ISS) e gastos públicos (despesa em atenção básica e em educação) do município. Finalmente, introduzimos o papel das relações políticas, verificando se um prefeito alinhado com o governador e/ou o presidente aumenta o comparecimento eleitoral. Introduzimos também como controle o partido do prefeito, de modo a verificar se efeitos partidários podem afetar as relações anteriores.

Um ponto importante a ser frisado é que apesar de nossos dados abrangem o período de 1998 a 2016, poucas são as covariáveis que estão disponíveis ao longo destes 18 anos de eleição¹². Por isso optamos por incluir as variáveis em blocos, de forma a reduzir potenciais vieses decorrentes da ausência de dados em variáveis independentes que não tenham resultados significantes. Assim, procedemos na análise incluindo as variáveis de cada bloco consecutivamente. Optamos por usar métodos de regressão linear e em painel. Estimamos a relação sempre por meio de modelos empilhados e/ou com efeitos fixos¹³.

No primeiro bloco, temos informações para todos os anos e variáveis que tendem a alterar pouco ao longo dos anos e, portanto, estimamos a equação tanto com dados empilhados e em efeitos fixos. Os outros blocos são estimados apenas com efeitos fixos¹⁴. Os problemas de *missing values* surgem a partir do bloco de variáveis sobre contexto socioeconômico. Nenhuma das variáveis listadas está disponível para 2016. As de desigualdade (Gini) e analfabetismo estão disponíveis

12 Apenas as variáveis geográficas, demográficas e políticas estão disponíveis no período completo.

13 Para mais informações sobre estes métodos em painel ver Wooldridge (2015) e para uma aplicação de dados em painel com municípios/anos como unidade de análise ver Fernandes e Fernandes (2014, 2017).

14 Além dos efeitos fixos por município, incluímos efeitos fixos por ano em todos os modelos, de forma a controlar por eventuais choques exógenos.

apenas entre 2000 e 2010; e as econômicas estão disponíveis de 2002 até 2014 para o tamanho do PIB e de 2004 a 2014 para o crescimento econômico. No terceiro bloco temos dados de 1998 a 2010 para as medidas de tributação municipal e de 2002 a 2010 para gastos em educação e saúde. Caso incluíssemos todas as variáveis num único modelo, analisaríamos as informações apenas entre 2004 e 2010. Na tabela 10 apresentamos as estatísticas descritivas e explicamos as variáveis, na tabela 11 estão os resultados para a análise dos determinantes do não comparecimento e na tabela 12 os resultados da análise dos votos inválidos.

Tabela 10. Dados Descritivos

Variável	Mensuração e explicação	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Obs
abstenção	Porcentagem de não comparecimento sobre eleitorado	0.162	0.054	0.01	0.41	6449
anulamento	Porcentagem de votos inválidos (brancos e nulos) sobre votos totais	0.110	0.098	0.01	0.58	6449
larea	log da area em km ²	5.635	0.836	1.28	7.59	6449
ldensidade	log de habitantes por km ²	3.970	1.433	1.32	9.48	6449
lurb	log da porcentagem da população urbana	4.397	0.218	3.02	4.61	6449
lpop	log da população	9.605	1.401	6.67	16.27	6449
l envelhecimento	log da taxa de idosos por jovens	3.955	0.431	2.37	5.36	6449
fpopjovem	porcentagem da população com menos de 15 anos	23.287	4.136	6.77	39.26	6449
fpopidosa	porcentagem da população com mais de 60 anos	12.410	3.292	3.82	26.69	6449
l empregoformal	log da empregos formais per capita	-1.817	0.539	-4.50	0.78	5804
l emp serv	log da empregos formais no setor de serviços per capita	-2.773	0.533	-7.47	0.66	5803
minfantil	taxa de mortalidade infantil	18.191	12.065	1.96	142.86	4554
mposneonatal	taxa de mortalidade pós neo natal	8.062	8.086	0.53	95.24	3196
lpibreal	log da PIB real municipal	12.721	1.681	9.52	20.43	4514
lpibrealpc	log da PiB real per capita	10.010	0.554	8.64	13.07	4514
crescPIBpc	Crescimento do PIB real per capita	8.202	30.079	-70.25	1283.12	3869
gini	Índice de GINI do município	0.511	0.062	0.33	0.77	3869
analfabetismo	Porcentagem da população com mais de 15 anos analfabeta (censo)	9.399	3.331	1.45	21.77	3869
liptu	log da Arrecadação real do IPTU (R\$)	4.004	1.148	-3.53	8.50	4101
liss	log da Arrecadação real do ISS (R\$)	3.737	1.380	-2.99	8.05	4111
ldespeduc	log da Despesa real em educação (R\$)	16.168	1.325	12.92	22.96	2810
ldespatencao	log da Despesa real em atenção básica da saúde (R\$)	15.556	1.184	6.36	21.69	2509
prefgov	Prefeito mesmo partido do Governador	0.298	0.457	0	1	6449
prefpres	Prefeito mesmo partido do Presidente	0.171	0.377	0	1	6449

Tabela 11. Determinantes da Abstenção eleitoral no Estado de São Paulo (1998-2016)

ABSTENÇÃO (Não comparecimento)	GEOGRÁFICAS E DEMOGRÁFICAS		SOCIO ECONÔMICAS	TRIBUTÁRIAS E GASTOS		POLÍTICAS	
	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)
	MQO ¹	EFIXOS ²	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS
Eleições Municipais	0.028	0.035	-0.043	-0.051	-0.044	-0.044	-0.044
	(0.004)***	(0.012)***	(0.013)***	(0.011)***	(0.008)***	(0.008)***	(0.008)***
Área	3.380	1.503					
(larea)	-3.835	-3.431					
Densidade	3.368	1.559					
(ldensidade)	-3.835	-3.433					
Urbanização (lurb)	-0.012	-0.051	0.075	0.049	-0.006	-0.006	-0.005
	(0.006)**	(0.020)***	(0.022)***	(0.039)	(0.022)	(0.022)	(0.022)
População	-3.361	-1.548					
(lpop)	-3.835	-3.432					
Taxa de Envelhec (lenvelhecimento)	0.087	0.063	-0.087	-0.025	0.006	0.006	0.007
	(0.021)***	(0.030)**	(0.032)***	(0.033)	(0.024)	(0.024)	(0.025)
Pop Jovem	0.010	0.008	-0.009	(0.005)	-0.0004	-0.0004	-0.0003
(fpopjovem)	(0.001)***	(0.002)***	(0.004)**	(0.003)	-(0.002)	(0.002)	(0.002)
Pop Idosa	-0.003	-0.004					
(fpopidosa)	(0.002)*	(0.003)					
Emp Formal PC (lempregoformal)			-0.008	-0.008	-0.007	-0.007	-0.006
			(0.008)	(0.004)*	(0.004)	-0.004	(0.004)
Emp Fm serviço (lempserv)			-0.001				
			(0.005)				
Mortal Infantil (minfantil)			0.000				
			(0.000)				
M. Pos neo natal (mposneonatal)			-0.000				
			(0.000)				
Econ Municipal (lpibreal)			-0.034				
			(0.033)				
Desenvolv Mun (lpibrealpc)			0.022				
			(0.0354)				
Cresc Econ Mun (crescPIBpc)			0.0002	0.000			
			(0.0001)***	(0.000)			
(Desigualdade) gini			-0.088	-0.073	-0.066	-0.066	-0.065
			(0.036)**	(0.021)***	(0.020)***	(0.020)***	(0.020)***
analfabetismo			-0.001	-0.002	0.008	0.008	0.008
			(0.003)	(0.002)	(0.002)***	(0.002)***	(0.002)***
IPTU (liptu)				0.008	0.006	0.006	0.006
				(0.003)***	(0.003)*	(0.003)*	(0.003)*
ISS (liss)				0.0004			
				(0.002)			
Gastos em Educ (ldespeduc)				-0.002			
				(0.006)			

ABSTENÇÃO (Não comparecimento)	GEOGRÁFICAS E DEMOGRÁFICAS		SOCIO ECONÔMICAS	TRIBUTÁRIAS E GASTOS		POLÍTICAS	
	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)
	MQO ¹	EFIXOS ²	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS
Gastos em Saúde – Atenção Básica (Idespatacao)				-0.004	-0.003	-0.003	-0.003
Aliança Gov (prefgov)				(0.001)***	(0.002)**	(0.002)**	(0.002)**
Aliança Presid (prefpres)						0.001	-0.012
						(0.001)	(0.007)*
						-0.000	0.004
						(0.003)	(0.004)
constante	-0.447	0.211	0.671	0.273	0.162	0.158	0.178
	(0.093)***	(0.255)	(0.265)**	(0.232)	(0.142)	(0.143)	(0.141)
Dummies de Ano	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Dummies Partido	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
R ²	0.52	0.57	0.63	0.66	0.59	0.59	0.60
N	6,449	6,449	1,397	1,965	2,358	2,358	2,342

1 – Modelo de regressão linear por mínimos quadrados ordinários (modelo de painel empilhado)

2 – Modelo de regressão linear em painel com efeitos fixos por município.

Significância: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Podemos ver nas colunas I e II da tabela 11 que, além do tipo de eleição, apenas as variáveis urbanização, taxa de envelhecimento, fração da população jovem são significantes nos modelos de efeito fixo e empilhado. A fração da população idosa, por sua vez, é significativa apenas no modelo empilhado e não o é no modelo de efeito fixo. Desta forma, mantemos as três primeiras variáveis nos modelos seguintes. Na coluna III, incluímos os fatores de contexto socioeconômico. As três anteriores permanecem significantes; todas com sinal trocado¹⁵. E nos modelos seguintes, perdem efeito estatístico, não podendo ser consideradas como determinantes do não comparecimento, achado que está na direção contrária da literatura nacional¹⁶. A variável indicadora do tipo de eleição, *eleições municipais*, por sua vez, também muda de sinal na coluna III em diante, tornando-se negativa, resultado condizente com a análise da seção anterior. As eleições municipais tendem a ter uma taxa de não comparecimento de 4 pontos percentuais inferior às eleições estaduais e nacionais.

15 A troca de sinal significa que a direção da relação não é claramente estimada pelos modelos. Um sinal positivo do coeficiente estimado indica que o crescimento do valor da variável independente afeta positivamente a variável dependente (aumenta a alienação eleitoral). Um sinal negativo deste mesmo coeficiente, por sua vez, indica que o crescimento da variável dependente diminui a alienação eleitoral.

16 O trabalho de Lima Júnior (1990) indicava que o contexto era um determinante importante da abstenção eleitoral.

Das novas variáveis incluídas na coluna III, apenas o indicador de desigualdade (Gini) e o crescimento econômico têm efeito significativo. Nos próximos modelos, com a exclusão da variável de crescimento¹⁷ e a inclusão de variáveis tributárias, a taxa de analfabetismo também se mostrou significativa. Em todos os modelos, a variável de desigualdade tem resultado negativo, o que indica que quanto mais desigual o município, menor a taxa de não comparecimento, ou seja, mais pessoas se apresentam às urnas. Já o analfabetismo é positivamente relacionado com o não comparecimento: quanto mais analfabetos existem na cidade, maior a taxa de não comparecimento. Na coluna VII, o modelo completo, o aumento em um ponto percentual da taxa de analfabetismo reduz o não comparecimento em 0,8 ponto percentual. Já o aumento em 0,10 da desigualdade na escala do Gini¹⁸ aumenta o não comparecimento em cerca de 0,6 ponto.

Na coluna IV e V, inserimos as variáveis de despesa e tributação. Apenas a arrecadação de IPTU per capita e o tamanho do gasto total de saúde têm efeito sobre o não comparecimento. O aumento em 1% da arrecadação do IPTU per capita aumenta o não comparecimento em 0,6 ponto percentual em média. Já o aumento do gasto em saúde reduz em cerca de 0,3 ponto percentual. Finalmente, na coluna VII, apenas a variável política que indica que o prefeito é aliado do governador – ambos pertencem ao mesmo partido – é significativa. O não comparecimento é 0,3 ponto percentual inferior nestas situações. A aliança com o presidente não tem o mesmo efeito.

Anulamento Eleitoral – Votos brancos e nulos

Após a análise dos dados de abstenção, prosseguimos com o mesmo formato de análise de variáveis em bloco para verificar quais são os determinantes contextuais da opção por votos inválidos. Os achados estão expostos na Tabela 12. Para evitar que o papel das variáveis institucionais e das diferenças entre os pleitos afetem os achados, optamos neste artigo por analisar apenas a taxa de votos brancos e nulo nas eleições municipais para vereador e nas eleições estaduais para deputado estadual, os dois cargos mais próximos do cotidiano do eleitor nas duas

17 Variável com disponibilidade em poucos anos e que perde significância com a inclusão do bloco tributação e gastos

18 O gini é uma medida que varia de 0 a 1, sendo 0 a sociedade perfeitamente igual e o 1 a sociedade perfeitamente desigual. Para ver mais sobre o índice de Gini, consultar Fernandes (2017, principalmente capítulo 3).

eleições, além de serem, em ambos os pleitos, aquelas que possuem uma menor taxa de anulamento eleitoral.

Em primeiro lugar, incorporamos na análise as variáveis geográficas e demográficas. As variáveis da taxa de envelhecimento e das frações da população jovem e idosa têm efeitos significativos nas colunas I e II. Quanto mais jovem a população, maior a tendência de votos inválidos e quanto mais velha, menor¹⁹. Além disso, na coluna II a variável urbanização também tem efeito significativo e negativo sobre a taxa de anulamento. Nos modelos seguintes, urbanização perde efeito, enquanto as variáveis demográficas permanecem importantes. Os últimos modelos indicam que o aumento de 1 ponto percentual na população de jovens aumenta em 0,7 a taxa de anulamento, enquanto o aumento de 1 ponto percentual na população de idosos reduz o anulamento em 0,8.

Ademais, conforme as seções anteriores do texto, as eleições municipais sempre apresentam menor taxa de anulamento que as eleições estaduais. As eleições para vereador têm em média 1,3% menor alienação por voto inválido que as eleições para deputado federal,

Na coluna III incluímos as variáveis socioeconômicas e os resultados são distintos dos obtidos na análise dos determinantes da abstenção. Desigualdade e analfabetismo não mais afetam a alienação, enquanto as variáveis econômicas impactam diretamente no padrão de voto. Nos municípios economicamente maiores e nos que estão em crescimento, a votação inválida é maior, enquanto nos mais desenvolvidos a alienação por anulamento é menor. Por outro lado, se excluirmos as variáveis econômicas – coluna IV –, o analfabetismo e a mortalidade infantil tornam-se ambas positivamente significantes.

Na coluna V incluímos as variáveis de tributação e gasto. Os tributos – IPTU e ISS – não afetam a taxa de anulamento, enquanto o aumento dos gastos em atenção básica da saúde afeta positivamente. Importante notar também que analfabetismo e mortalidade infantil permanecem significantes, enquanto as variáveis econômicas perdem o efeito. Na coluna VI repetimos o modelo sem as variáveis econômicas.

As variáveis demográficas voltam a ter efeito, enquanto a tributação de ISS também se torna significativa. Analfabetismo, mortalidade infantil e despesas em saúde se mantêm iguais. Estes resultados permanecem nos modelos restantes.

19 Como trabalhamos com dados agregados, não podemos afirmar peremptoriamente que os jovens votam mais em nulo e branco do que os idosos. Este é um claro limite de análises estatísticas que trabalham com dados agregados.

O aumento em 1 ponto na taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos) aumenta em 0,01 a taxa de anulamento, enquanto a expansão do analfabetismo aumenta em 0,6. Já o acréscimo de 1% da arrecadação *per capita* de ISS a diminui em 0,3. Por sua vez, o aumento de 1% do gasto em saúde amplia os votos inválidos em 0,2 ponto percentual.

Finalmente, na coluna VII incluímos as variáveis políticas que não apresentam efeito. Na coluna VIII, após a inclusão das *dummies* de partido, a aliança entre prefeito e presidente torna-se significativa. Os outros resultados permanecem iguais em ambas as colunas.

Tabela 12. Determinantes do Anulamento eleitoral no Estado de São Paulo nas eleições para Câmara Municipal e Assembleia Legislativa (1998-2016)

ANULAMENTO (Votos em branco e nulo)	GEOGRÁFICAS E DEMOGRÁFICAS		SOCIO ECONÔMICAS		TRIBUTÁRIAS E GASTOS		POLÍTICAS	
	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	(VIII)
	MQO ¹	EFIXOS ²	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS
Eleições Municipais	-0.286 (0.006)***	-0.262 (0.014)***	-0.082 (0.013)***	-0.115 (0.010)***	-0.082 (0.013)***	-0.013 (0.007)*	-0.012 (0.007)*	-0.013 (0.007)*
Área (larea)	-0.805 -2.974	-1.814 -2.779						
Densidade (ldensidade)	-0.798 -2.974	-1.785 -2.778						
Urbanização (lurb)	-0.001 (0.004)	-0.113 (0.018)***	0.038 (0.026)	0.003 (0.010)	0.033 (0.032)	-0.024 (0.015)	-0.022 (0.015)	-0.020 (0.016)
População (lpop)	0.807 -2.974	1.797 -2.778						
Taxa de Envelhec (lenvelhecimento)	0.187 (0.0213)***	0.426 (0.0296)***	-0.038 (0.041)	0.035 (0.023)	-0.027 (0.051)	0.117 (0.0452)***	0.109 (0.046)**	0.107 (0.0485)**
Pop Jovem (fpopjovem)	0.008 (0.001)***	0.027 (0.001)***	0.001 (0.003)	0.004 (0.002)***	0.002 (0.004)	0.009 (0.003)***	0.008 (0.003)***	0.008 (0.003)***
Pop Idosa (fpopidosa)	-0.014 (0.001)***	-0.022 (0.002)***	0.001 (0.004)	-0.008 (0.002)***	0.003 (0.005)	-0.009 (0.003)***	-0.008 (0.003)**	-0.008 (0.003)**
Emp Formal PC (lempregoformal)			-0.004 (0.008)	0.000 (0.004)				
Emp Fm serviço (lempserv)			0.003 (0.006)	-0.001 (0.002)				
Mortal Infantil (minfantil)			0.0002 (0.0001)	0.0002 (0.0001)**	0.0002 (0.0001)**	0.0002 (0.0001)**	0.0002 (0.0001)**	0.0002 (0.0001)**
M. Pos neo natal (mposneonatal)			-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)				
Econ Municipal (lpibreal)			0.073 (0.024)***		0.010 (0.032)			

ANULAMENTO (Votos em branco e nulo)	GEOGRÁFICAS E DEMOGRÁFICAS		SOCIO ECONÔMICAS		TRIBUTÁRIAS E GASTOS		POLÍTICAS	
	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	(VIII)
	MQO ¹	EFIXOS ²	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS	EFIXOS
Desenvolv Mun (Ipbrealpc)			-0.070 (0.024)***		-0.003 (0.031)			
Cresc Econ Mun (crescPIBpc)			0.000 (0.00005)**	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)			
(Desigualdade) gini			0.019 (0.032)	0.036 (0.028)				
analfabetismo			0.002 (0.003)	0.006 (0.001)***	0.004 (0.002)**	0.006 (0.002)***	0.007 (0.002)***	0.006 (0.002)***
IPTU (liptu)					-0.001 (0.004)	0.000 (0.003)	0.000 (0.003)	-0.001 (0.003)
ISS (liss)					0.000 (0.002)	-0.004 (0.001)*	-0.004 (0.001)*	-0.004 (0.001)*
Gastos em Educ (Idespeduc)					0.001 (0.005)	0.003 (0.004)	0.003 (0.004)	0.003 (0.004)
Gastos em Saúde – Atenção Básica (ldespatencao)					0.002 (0.001)**	0.002 (0.001)*	0.002 (0.001)*	0.002 (0.001)*
Aliança Gov (prefgov)							-0.002 (0.001)	0.000 (0.011)
Aliança Presid (prefpres)							0.004 (0.002)	0.006 (0.003)**
constante	-0.442 (0.091)***	-1.151 (0.555)**	-0.239 (0.210)	-0.093 (0.098)	-0.175 (0.272)	-0.495 (0.208)**	-0.472 (0.209)**	-0.461 (0.212)**
Dummies de Ano	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>
Dummies Partido	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	<i>SIM</i>
R ²	0.81	0.85	0.77	0.73	0.75	0.72	0.72	0.72
N	6449	6449	1397	2149	1501	1808	1808	1792

1 – Modelo de regressão linear por mínimos quadrados ordinários (modelo de painel empilhado)

2 – Modelo de regressão linear em painel com efeitos fixos por município.

Significância: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Considerações Finais

Nesta última seção levantamos alguns dos achados do artigo e encerramos o texto. Em primeiro lugar, com a análise dos dados descritivos por estados pudemos identificar que o argumento da maior alienação eleitoral nos grandes centros é inválido. Informação que foi corroborada na análise inferencial. São Paulo e Rio de Janeiro foram campeões de anulamento apenas nas eleições municipais e

para deputado federal, enquanto apresentaram taxas inferiores de votos brancos e nulos nos outros pleitos estaduais e nas eleições para a Presidência.

Também encontramos evidências consistentes de que a insatisfação política – representada em termos de alienação eleitoral – em 2016 –, não é qualitativamente distinta dos dados obtidos em outras eleições. Existe na realidade um crescimento paulatino da alienação a partir de meados da década passada, não havendo nenhuma inflexão nos últimos dois pleitos de 2014 (eleições estaduais e nacional) e, sobretudo, em 2016 (eleições municipais). Tal informação é importante, pois está na contramão da percepção da crônica política. Não existem evidências para confirmar a hipótese de a insatisfação das eleições de 2016 ser fenômeno extraordinário, canalizando as frustrações e indignação da opinião pública com o sistema político.

Encontramos também uma dinâmica distinta entre as eleições legislativas estaduais e federais e as municipais, tanto do ponto de vista institucional quanto da distribuição regional da alienação eleitoral. As eleições com menores taxas de alienação são justamente as mais próximas do eleitor, a saber: eleições para vereador, prefeito e deputado estadual, indicando que a opção por anular os votos está associada ao distanciamento entre representante e eleitor. Além disso, nas eleições mais próximas dos cidadãos, as maiores taxas de alienação eram de estados do Centro – Sul, principalmente do Sudeste. Já nas eleições para o Poder Executivo estadual e nacional e para o Senado, a região com média maior de abstenção é o Nordeste. Por sua vez, as médias de não comparecimento são maiores nos estados do Norte e Nordeste. Tais resultados indicam, confirmando a literatura, que os mecanismos que levam à votação nula ou em branco não são os mesmos dos que levam ao não comparecimento e que os processos de alienação eleitoral são muito mais complexos que os até agora teorizados.

Outro resultado interessante é que existe uma queda semelhante entre o final dos anos 1990s e meados dos anos 2000s na taxa de não comparecimento, seguida de um crescimento paulatino até 2016, movimento bastante semelhante ao encontrado na curva de anulamento e que não pode ser explicado pelo papel das urnas eletrônicas. As mudanças de tecnologia eleitoral não afetam o fato de um indivíduo optar por se apresentar ou não às urnas.

Concluimos, assim, que ao analisar os padrões de votos brancos e nulos e de não comparecimento às urnas entre os estados mais populosos e de economias mais complexas do centro – Sul, sobretudo no Sudeste – aqueles onde a população comparece mais às urnas também vota mais em branco/nulo. Já as eleições dos estados do Norte tendem a ser marcadas por um menor número de votos brancos

ou nulos, contudo com uma maior taxa de abstenção, isto é, não comparecimento. Além disso, encontramos um padrão na evolução da alienação eleitoral que não indica existir qualquer processo qualitativamente distinto nos últimos anos.

Na análise inferencial encontramos que os fatores geográficos não são determinantes tanto da taxa de abstenção quanto da taxa de anulamento, indo em direção oposta aos achados na literatura. Futuras pesquisas que tenham como unidade de análise todos os municípios brasileiros poderão verificar qual evidência é mais adequada. Além disto, a análise inferencial confirmou em todos os modelos, tanto para taxa de anulamento quanto abstenção, que as eleições mais próximas do eleitor são menos alienadas.

Além disso, o conjunto de covariáveis que afeta cada tipo de alienação é distinto, o que corrobora o achado da literatura que os processos que produzem a abstenção são diferentes dos que levam o eleitor a anular seu voto. Encontramos também evidências mistas quanto ao papel da economia política municipal da alienação. Os gastos e a tributação municipal tiveram resultados distintos em cada modelo. Enquanto o maior esforço arrecadatário aumentou a alienação por meio da abstenção (efeito do IPTU), diminuiu a alienação por meio do anulamento (efeito do ISS). Já a maior despesa fiscal municipal em educação reduziu a alienação por abstenção, enquanto o maior gasto em saúde aumentou a alienação por anulamento. Mais pesquisas são necessárias para investigar a economia política municipal da alienação.

Finalmente, encontramos evidências que o analfabetismo é fator redutor da participação política ao aumentar tanto a taxa de anulamento quanto a taxa de abstenção. Desta forma, a ampliação do acesso à educação e ao conhecimento aumentará paulatinamente a participação política do Brasil. O mecanismo que conecta o analfabetismo com a menor participação pode tanto ser decorrente de fatores concernentes à cultura política, assim como o papel da sofisticação do eleitor em reduzir custos da escolha eleitoral, como também pode ser resultado do fato de que o eleitor analfabeto possui direito ao voto facultativo. Pesquisas futuras que tenham como unidade de análise o indivíduo poderão definir mais claramente qual o mecanismo pelo qual o analfabetismo aumenta a alienação em suas duas formas.

Referências Bibliográficas

ARBACHE, Guilherme, FREIRE, Danilo, 2013. Votos inválidos e confiança política no Brasil. *Anais. III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política* - UFPR. Curitiba.

BORBA, J., 2008. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. *Revista Debates*, v. 2, pp. 134-157.

COSTA, Homero de Oliveira, 2006. *Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)*. 239 f. Dissertação. Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP, São Paulo.

DAMORE, David, WATERS, Mallory, BOWLER, Shaun, 2012. Unhappy, Uninformed, or Uninterested? Understanding None of the Above Voting. *Political Research Quarterly*, volume 65(4).

DRISCOLL, Amanda, NELSON, Michael J., 2014. Ignorance or opposition? Blank and spoiled votes in low-information, highly politicized environments. *Political Research Quarterly*, volume 67, issue 3.

EPSTEIN, Edward, 2001. Apatia e Alheamento Político numa Sociedade Paralisada: os limites da nova democracia chilena. *Revista Opinião Pública*, Vol. VII, nº1, pp. 16-32.

FERNANDES, I. F. A. L., 2017. *A democracia reduz a desigualdade econômica? Um estudo sobre as possibilidades de construção de uma sociedade mais igual por meio da democracia*, 1. ed. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2017. v. 1. 301p.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes e FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes, 2017. A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil. *Revista de Administração Pública - RAP*. v. 51, n. 4.

FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes; FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. Economic voting at Brazilians elections: when local power plays the most important role. 72nd Annual Conference Midwest Political Science Association - MPSA. Chicago, EUA. 2014.

FRANKLIN, Mark; NIEMI, Richard; WHITTEN, Guy. The two faces of tactical voting. *British Journal of Political Science*, volume 24(04), 1994. Pp.: 549-557.

HERRON, Michael; SEKHON, J. Black candidates and black voters: assessing the impact of candidate race on uncouneted vote rates. *Journal of Politics*, volume 67(1): 2005.

JACKMAN, S. Compulsory Voting. In *The International Encyclopedia of the Social and Behavioral sciences*, 2001.

LIMA JR, O. A alienação eleitoral e seus determinantes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, ano 5, 1990.

- LIMONGI, Fernando, FIGUEIREDO, Argelina; CHEIBUB, José António., Participação Política no Brasil. In: Marta Arretche. (Org.). Trajetórias das desigualdades. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1ed.São Paulo: UNESP, 2015, v. 1, p. 23-50.
- MCALLISTER, Ian; MAKKAI, Toni. Institutions, society or protest? Explaining invalid votes in Australian elections. *Electoral Studies*, volume 12, issue 1, 1993.
- MORAL, Mert. The passive-aggressive voter: the calculus of casting an invalid vote in European democracies. *Political Research Quarterly*, volume 9, issue 4, 2016.
- NICOLAU, J. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. Coimbra, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004.
- NICOLAU, J. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). *Journal of Democracy em Português*. Versão Ano 7, No. 1, 2017
- POWER, Timothy J; ROBERTS, J. Compulsory voting, invalid ballots, and abstention in Brazil. *Political Research Quarterly*, volume 48(4), 1995.
- POWER, T.J. GARAND, J.C. Determinants of invalid voting in Latin America. *Electoral Studies*, volume 26(2): 2007.
- RAMOS, Paola. Alheamento eleitoral: Reflexões sobre o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções na teoria política contemporânea. *Revista Mediações*, v. 14, n.1, p. 170-199, Jan/Jun. 2009.
- ROBINSON, W.S. "Ecological Correlations and the Behavior of Individuals," *American Sociological Review*, 1950, pp. 351-357
- ROSENTHAL, Howard; SEN, S. Electoral participation in the French Fifth Republic. *The American Political Science Review*, volume 67(1), 1973.
- SANTOS, W. G. Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1987.
- SELIGSON, M. "The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of the Ecological Fallacy?" *Comparative Politics*, 2002, pp. 273-292
- SILVA, Rafael da. (2013). Alienação Eleitoral: um estudo comparado das bases sociais e atitudinais. *Revista Andina de Estudios Políticos*. Vol. III, N° 1, pp. 109-133.
- SILVA, Rafael da; Gimenez, Éder; Borba, Julian; Ribeiro, Ednaldo. et al. Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. *Teoria & Pesquisa*. *Revista de Ciência Política*. Vol. 23, No 2. 2014.

STIEFBOLD, Rodney P. The significance of void ballots in West German elections. *The American Political Science Review*, volume 59(2), 1965.

SUPERTI, Chiara. Filling in the blanks: understanding blank and null voting as a form of informed protest and a new metric of public discontent. European Union Democracy Observatory Dissemination Conference, European University Institute, Florença, 2013.

UGGLA, Fredrik. Incompetence, Alienation, or Calculation? Explaining Levels of Invalid Ballots and Extra-Parliamentary Votes. *Comparative Political Studies*, volume 41(8), 2008.

WOOLDRIDGE, Jeffrey. *Introductory econometrics: A modern approach*. Nelson Educ. 2015.

ZULKARPASIC, Adélaïde. Le vote blanc: abstention civique ou expression politique? *Revue française de science politique*, volume 51(1), 2001.